

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

JEAN CLAUDIO SALES NOMINATO

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO E O SOFRIMENTO MENTAL DE PROFESSORAS
E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO
PARANÁ ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

MATINHOS

2022

JEAN CLAUDIO SALES NOMINATO

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO E O SOFRIMENTO MENTAL DE PROFESSORAS
E PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO
PARANÁ ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para a obtenção do certificado em Pós-Graduação.

Professora Orientadora: Dra. Lucia Helena Alencastro

MATINHOS

2022

DEDICATÓRIA

A todos os professores e professoras comprometidos com a educação pública e de qualidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos professores e professoras dessa especialização que contribuíram por mais uma etapa da minha formação, em especial aos professores coordenadores Giselle Ávila de Leal Meirelles, Robson de Oliveira e a assessora Tania Mara Tomchak Lima, sempre muito gentis e atenciosos!

Quero destacar alguns módulos que foram fundamentais para o desenvolvimento e escrita desse trabalho, sou grato, portanto, às aulas do módulo *A centralidade do trabalho e a ontologia do ser social* e *As relações sociais de produção capitalista* da professora Dra. Giselle Meirelles; as aulas sobre o *Neoliberalismo e Biopoder* e *Introdução ao Método Crítico e Dialético* ministrados pelo professor Dr. Robson de Oliveira; o módulo *Participação Social e Movimentos Sociais* da professora Dra. Ângela Massumi Katuta; as fantásticas aulas do grande educador Valdo José Cavallet e o módulo *A dimensão política do trabalho do educador*; as aulas sobre *Estado e Capitalismo* do professor Dr. Eduardo Harder e, por fim, o módulo sobre a *Saúde do Trabalhador* da professora Dra. Lucia Helena Alencastro. Ressalto as rodas de conversas sobre *Saúde Mental e Trabalho* com os professores Israel Montesuma, Lucia Helena Alencastro e Silvana Escorsim.

Agradeço aos professores Dra. Helena Midori Kashiwagi e ao Me. Marcos de Vasconcellos Gernet por me apresentarem o contexto do litoral paranaense, sua ocupação e patrimônio histórico. É necessário conhecer para preservar! Sou grato a cada um dos professores da Especialização Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da UFPR-Litoral.

Quero prestar um agradecimento especial à minha orientadora professora Dra. Lucia Helena Alencastro pela orientação, dicas na organização do trabalho, no delineamento da metodologia e escrita. Sempre disponível e atenciosa!

Agradeço aos colegas da especialização pelos debates, mesmo que virtual, as conversas e apoio em grupos de tele mensagens.

Espero que os agradecimentos, que normalmente tão pouco jus fazem a quem merece, consigam expressar minha enorme gratidão. Obrigado!

“Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária.”

KARL MARX

“Marx parte da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade. (...). Por isso, sua primeira pergunta não é: o que é o conhecimento, mas: o que é o ser social? (...). Porque essa pergunta deve preceder aquela relativa ao conhecimento? Porque o conhecimento é apenas uma das dimensões do ser social.”

IVO TONET

“Uma ontologia do ser social (filosofia) é, pois, condição prévia para a resolução das questões relativas ao conhecimento. Além disso, essa ontologia também é a condição imprescindível para, em interação com a ciência, produzir um conhecimento adequado da realidade social. **Na perspectiva ontológica marxiana, filosofia e ciência não são dois momentos separados ou apenas superficialmente relacionados. São dois momentos intrinsecamente articulados,** que, sem perder a sua especificidade, constituem uma unidade indissolúvel no processo do conhecimento científico.”

IVO TONET

“Ele (o capital) usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo.”

KARL MARX

“Em termos muito gerais, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção.”

ASA CRISTINA LAURELL

RESUMO

Este trabalho monográfico consiste em analisar o sofrimento mental dos professores do Estado do Paraná em consequência de seus trabalhos. Com um dos principais agentes do processo educativo doente há o comprometimento de todo processo de ensino-aprendizagem. O método de análise é o materialismo histórico dialético e sua perspectiva ontológica. Trata-se de um estudo qualitativo de natureza bibliográfica e documental que busca compreender a relação trabalho e sofrimento mental, em particular o trabalho docente no atual cenário de neoliberalismo e pandemia da COVID-19. Para isso, utilizamos a categoria trabalho para diferenciarmos o trabalho a partir de um ponto de vista ontológico do trabalho no modo de produção capitalista. Sob os ditames do capital, o trabalho degrada física e psiquicamente a classe trabalhadora. Caracterizamos o trabalho docente e suas precárias condições. Demonstrou-se que a saúde deve ser analisada para além dos aspectos biológicos e que fatores sociais, como o trabalho, podem trazer sofrimento mental. Para isso, consideramos pesquisas já realizadas que retrataram o quadro de exploração e sofrimento mental pelo qual os professores do Estado do Paraná vêm passando antes da pandemia da COVID-19 e analisamos três relatórios técnicos que retratam as condições de trabalho desses professores durante a pandemia. A análise documental desses relatórios técnicos demonstraram que a implantação do ensino remoto sem nenhum treinamento prévio e o aumento da jornada de trabalho tem causado sofrimento mental em grande parte dos professores. A nossa pesquisa apontou que o adoecimento dos trabalhadores docente no Estado do Paraná, embora tenha ampliado, não é resultado exclusivamente dos novos arranjos do trabalho em decorrência da Pandemia de COVID-19, pois verificamos que esses professores já vinham adoecendo em função da exploração em seus trabalhos. Como resultado, essa pesquisa indica que numa perspectiva ontológica do processo de trabalho e da saúde, o trabalho na sociedade vigente tende, a degradar física e psiquicamente os trabalhadores em geral. O ser social somente poderá desenvolver as suas potencialidades de forma plena, ou seja, ser saudável, quando superarmos esse modo de produção.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho docente. Sofrimento mental.

RESUMEN

Este trabajo monográfico consiste en analizar el sufrimiento psíquico de los docentes del Estado de Paraná como consecuencia de su trabajo. Com uno de los principales agentes del proceso educativo enfermo, se compromete todo el proceso de enseñanza-aprendizaje. El método de análisis es el materialismo histórico dialéctico y su perspectiva ontológica. Se trata de un estudio cualitativo de carácter bibliográfico y documental que busca comprender la relación entre trabajo y sufrimiento psíquico, en particular el trabajo docente en el escenario actual del neoliberalismo y la pandemia de la COVID-19. Para ello utilizamos la categoría trabajo para diferenciar el trabajo desde un punto de vista ontológico del trabajo en el modo de producción capitalista. Bajo los dictados del capital, el trabajo degrada física y psíquicamente a la clase obrera. Caracterizamos el trabajo docente y sus precarias condiciones. Se demostró que la salud debe ser analizada más allá de los aspectos biológicos y que factores sociales, como el trabajo, pueden traer sufrimiento psíquico. Para ello, consideramos investigaciones ya realizadas que retrataron la situación de explotación y sufrimiento psíquico que atraviesan los docentes del Estado de Paraná antes de la pandemia de la COVID-19 y analizamos tres informes técnicos que retratan las condiciones de trabajo de estos docentes durante la pandemia. El análisis documental de estos informes técnicos mostró que la implementación de la enseñanza a distancia sin ningún tipo de formación previa y el aumento de la jornada laboral ha provocado sufrimiento psíquico en la mayoría de los docentes. Nuestra investigación apuntó que la enfermedad de los trabajadores de la enseñanza en el Estado de Paraná, aunque ha aumentado, no es exclusivamente el resultado de los nuevos reajustes de trabajo como resultado de la Pandemia de COVID-19, ya que encontramos que estos profesores ya estaban enfermarse debido a la explotación en sus trabajos. Como resultado, esta investigación indica que desde una perspectiva ontológica del proceso de trabajo y la salud, el trabajo en la sociedad actual tiende a degradar física y psicológicamente a los trabajadores en general. El ser social sólo podrá desarrollar plenamente su potencial, es decir, estar sano, cuando superemos este modo de producción.

Palabras clave: Capitalismo. Trabajo docente. Sufrimiento mental.

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO (Fonte: ACD)..... 25

LISTA DE SIGLAS

ACD	-	Auditoria Cidadã da Dívida
APP	-	Sindicado dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
AVA	-	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BM	-	Banco Mundial
CID	-	Classificação Internacional de Doenças
CNTE	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COVID-19	-	Coronavírus SARS-CoV-2
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
GESTRADO	-	Grupo de Estudos em Política Educacional e Trabalho Docente
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
OPAS	-	Organização Pan-Americana da Saúde
PSS	-	Processo Seletivo Simplificado
QPM	-	Quadro Próprio do Magistério
SEAP	-	Secretaria de Administração e da Previdência
SEED-PR	-	Secretaria de Educação e do Esporte do Estado do Paraná
SRQ-20	-	Self-Reporting Questionnaire - 20
UEL	-	Universidade Estadual de Londrina
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR	-	Universidade Estadual do Paraná

LISTA DE ABREVIATURAS

ed. - Edição
p. - página

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A CATEGORIA TRABALHO.....	13
1.1 ONTOLOGIA DO SER SOCIAL.....	13
1.2 TRABALHO NO CAPITALISMO	16
1.3 O TRABALHO DOCENTE E O ESTADO NEOLIBERAL.....	20
2 DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SEUS ASPECTOS ONTOLÓGICOS.....	29
2.1 SAÚDE DO TRABALHADOR.....	37
2.2 TRABALHO E SOFRIMENTO MENTAL.....	39
3. METODOLOGIA.....	42
4 SOFRIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES (AS) PARANAENSES ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
6 REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

É alarmante o número de professoras e professores¹ que estão adoecendo em decorrência de seus trabalhos. O cenário é de preocupação, pois com o principal agente do processo educativo doente há o comprometimento de todo processo de ensino-aprendizagem.

Essa pesquisa foi motivada a princípio pelo meu contato, desde a licenciatura em filosofia, com professores da rede pública estadual do Paraná e da universidade. Um fato que sempre me chamou atenção foi o uso irracional de medicamentos² psicotrópicos por parte de colegas, sendo uma prática decorrente, em grande parte, por problemas relacionados ao trabalho. Sempre fui sensível ao fato desses profissionais adoecerem em virtude do ofício, inclusive passei por semelhante processo quando trabalhava como farmacêutico terceirizado numa empresa privada que prestava serviços ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

A minha formação em filosofia, o contato com teoria marxiana, a ontologia do ser social de Lukács permitiu compreender a saúde e o processo saúde-doença de uma forma mais ampla do que me foi passado na graduação em Farmácia. A leitura de alguns teóricos da medicina social latino-americana permitiu o entendimento da saúde como socialmente determinada. A correlação entre a ontologia marxiana-lukacsiana com os teóricos que estudam a determinação social da saúde, explicitadas por Souza (2020), foi o gatilho para a realização dessa pesquisa. Nos últimos anos, os processos de trabalho e a saúde dos trabalhadores tem despertado o meu interesse. Essa pesquisa, em particular, trata-se de um recorte da pesquisa de mestrado que venho realizando. Destaca-se, no entanto, que o foco da presente monografia é o sofrimento mental dos professores em consequência de seu trabalho, diferente da dissertação de mestrado que aborda especificamente a precarização do trabalho docente em consequência das políticas educacionais.

Com intuito de ilustrar esse cenário de sofrimento, mencionamos a pesquisa de Fochesatto (2016) com professores da rede municipal da cidade de Curitiba, que relacionou as condições de trabalho e o adoecimento de professores. A pesquisadora chegou à conclusão que:

¹ Temos ciência que a linguagem reproduz o sistema patriarcal que subjuga as mulheres, logo optamos por flexionar o gênero. Destacamos que a luta anticapitalista, contempla todas as formas de opressão e a perspectiva marxiana-lukacsiana é contrária à fragmentação dessas lutas, em demandas parciais, por exemplo.

² De acordo com a Organização Mundial de Saúde (Nairóbi, Quênia, 1985), entende-se que há uso racional de medicamentos quando pacientes recebem medicamentos apropriados para suas condições clínicas, em doses adequadas às suas necessidades individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade. De acordo com a OMS, o uso de vários medicamentos por paciente (polifarmácia) e a automedicação são exemplos de uso irracional de medicamentos. Maiores informações disponível no link < <https://www.who.int/activities/promoting-rational-use-of-medicines/>>.

81,25% dos professores faltam o trabalho por problemas de saúde. O problema de saúde mais sentido pelos professores é o estresse (81,25%), seguido por fadiga, alterações no sono e distúrbios da voz (68,75%), sendo estes três últimos apontados por 37,5% como o de maior incidência. Um percentual de 62,5% dos professores diz fazer o uso contínuo de medicamentos.

Numa pesquisa pioneira, de maior amplitude, Albuquerque et al. (2018) destacou que no Paraná, 75,27% dos professores da rede pública do Estado, apresentaram transtornos psíquicos menores relacionados às cargas de trabalho. Com a mesma amostra de professores, Tostes et al. (2018) detectou que, 75% dos professores da rede pública estadual de ensino no Paraná apresentaram distúrbios psíquicos menores, 44% com depressão e 70% dos docentes com ansiedade.

Segundo dados da perícia médica do município de Curitiba, cerca de 30% dos professores faltaram o trabalho para tratar da saúde e o transtorno mental é a principal causa de afastamentos desses profissionais³. Em 2019 o Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná (APP-Sindicato) divulgou uma reportagem na qual dizia que o suicídio de professores no Paraná aumentou quinze vezes em cinco anos em decorrência da precarização das condições de trabalho e aumento da carga de trabalho⁴.

As pesquisas mencionadas retratam o quadro de adoecimento pelo qual os professores vêm passando antes do aparecimento da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19). Contudo, o cenário pandêmico trouxe novos elementos, no que diz respeito a organização do trabalho docente, que, podem impactar na saúde desses profissionais.

O estudo do sofrimento mental dos professores, como uma das expressões da “questão social”⁵, resultado da exploração do trabalho é o objetivo geral da pesquisa.

Os objetivos específicos serão: estudar a gênese do ser social e o trabalho por um viés ontológico; analisar o trabalho no capitalismo e sua contribuição para a degradação da força de trabalho e saúde do trabalhador; caracterizar o trabalho docente num contexto de neoliberalismo; verificar a determinação social da saúde, isto é, pensar a saúde para além de

³ Os dados referentes essa pesquisa estão no site do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba: <http://www.sismmac.org.br/noticias/1/rascunho/3280/transtornos-mentais-sao-principal-causa-de-afastamento-de-professores>. Acessado em: 03/02/2021

⁴ A reportagem encontra-se no site da APP-Sindicato: <https://appsindicato.org.br/suicidio-de-professoras-no-parana-aumenta-15-vezes-em-cinco-anos/>. Acessado em: 11/03/2021

⁵ De acordo com Meirelles (2018) o uso de aspas indica “que a ‘questão social’ é um conceito e não uma categoria interpretativa analítica, (...)” (p.8). O uso de aspas serve para “marcar uma distinção significativa perante outras formas de pensamento, as quais a entendem como inadaptação dos sujeitos à ordem socialmente estabelecida, ou seja, à ordem burguesa.” (p.8). Queremos diferenciar, portanto, a nossa visão crítica da “questão social”, com base no materialismo histórico e dialético, de visões conservadoras, como as que predominavam no serviço social brasileiro na década de 1980.

seus aspectos biologizantes; demonstrar o cenário de sofrimento mental em virtude da exploração do trabalho antes da pandemia e durante, mas agora, com a introdução do ensino remoto.

Teremos como referência direta a análise de estudos sobre o ensino remoto e o trabalho docente na pandemia, trata-se de professores e professoras da rede estadual de educação básica no Paraná. Com base em três relatórios de pesquisa, uma em âmbito nacional realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG, 2020) e duas de nível estadual, uma realizada pela APP-Sindicato de Londrina em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (APP-SINDICATO/UDEL, 2020) e outra por professores do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, campus de Paranavaí) e dirigentes da APP-Sindicato sob coordenação dos professores Edinéia Fátima Navarro Chilante⁶ e Celso José dos Santos, iremos analisar o trabalho de professores e professoras na pandemia e as possíveis repercussões em sua saúde.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, pois pretendemos compreender com maior profundidade o objeto pesquisado. Quanto aos objetivos, nosso trabalho apresenta um caráter exploratório, logo realizamos um levantamento bibliográfico com leitura de livros e artigos. Com relação aos procedimentos, além de ser bibliográfica a nossa pesquisa é documental, com o uso de fonte secundária proveniente de relatório. Utilizaremos a categoria de *cargas de trabalho* de Laurell e Noriega (1989) para analisar os relatórios apresentados.

Nosso trabalho fundamenta no método materialista histórico e dialético, com base em Marx e Lukács. Autores contemporâneos, como Tonet e Netto, contribuíram também para o entendimento do método. O método materialista histórico-dialético como instrumento epistemológico de interpretação da realidade possui uma natureza ontológica, pois na análise do social procuramos compreender o contexto histórico do fenômeno pesquisado, suas configurações sociais, política, econômicas e filosóficas. Dessa forma, utilizamos as seguintes categorias de conteúdo da obra marxiana: trabalho, mais valia, alienação e Estado; já como categoria do método: a práxis, totalidade e historicidade. Com elas e no seu processo dialético, procuramos apreender melhor as relações entre capital, trabalho e saúde.

Para tanto, buscamos com base em Marx (2010,2017) e Lukács (2013) estudar a gênese do ser social e o aspecto ontológico do trabalho. O objetivo no primeiro capítulo é caracterizar

⁶ A pesquisa foi organizada pela professora Edinéia Fátima Navarro Chilante, logo ao mencionarmos a referida pesquisa utilizaremos CHILANTE, 2021.

melhor o trabalho no modo de produção capitalista e o quanto ele degrada a saúde física e psíquica da classe trabalhadora. Destacamos a gênese e função social do Estado, de acordo com Marx (2017) e Engels (2019), na reprodução das relações sociais capitalistas. Descrevemos o trabalho do professor da rede pública de ensino e suas condições precárias no atual cenário de neoliberalismo.

O segundo capítulo traz a discussão sobre a determinação social da saúde e seus aspectos ontológicos. Isso implica numa visão da saúde para além dos seus aspectos biologizantes. Partimos do conceito de saúde de Garcia (1989) como: “máximo desenvolvimento das potencialidades do homem, de acordo com o grau de avanço obtido pela sociedade em um período histórico determinado” (p.103). Essa concepção ampla da saúde permite a contraposição com conceitos reducionistas e abstratos. Com base em Donnangelo (1976); Laurell (1983); Berlinguer (1978) e Breilh (2010) compreenderemos a determinação social da saúde de viés marxista. Veremos também, que esses autores possuem uma abordagem ontológica da saúde tal como bem observado por Souza (2020).

Destacaremos, com apoio em Mendes e Dias (1991), o surgimento da Medicina do Trabalho, a Saúde Ocupacional até chegarmos no campo da Saúde do Trabalhador que está situado dentro da área de Saúde Coletiva. Fizemos questão de destacar esse campo, pois partimos de uma concepção de saúde fundada no materialismo histórico-dialético⁷, a classe trabalhadora passa a ser protagonista nas ações de saúde e pode demandar por melhores condições de trabalho.

Na seção trabalho e sofrimento mental, veremos que Laurell (1986) e Laurell e Noriega (1989) adotam o referencial do materialismo histórico dialético e utilizam as noções de desgaste e carga de trabalho para evidenciar a sobrecarga psíquica que muitos trabalhadores sofrem nos processos de trabalho. Essas categorias permitirão analisar melhor o processo de sofrimento mental pelo qual os professores da rede pública do Estado do Paraná vêm passando.

O terceiro capítulo descreveremos com detalhes a metodologia empregada nessa pesquisa, ressaltando a importância da ontologia para o processo de conhecimento em geral. A abordagem ontológica considera a realidade pesquisada como um processo histórico resultado de múltiplas determinações.

⁷ Tomamos essa concepção com base em Albuquerque e Silva (2014) e Garcia (1989), que entendem a saúde como o máximo grau de desenvolvimento das potencialidades humanas de acordo com o desenvolvimento material da sociedade, pensam a saúde como determinada pela dialética entre a condição biológica e social do ser historicamente situado.

Por fim, apresentaremos a pesquisa de Albuquerque et al. (2018), Tostes et al. (2018) para retratar o quadro de sofrimento mental dos trabalhadores docentes da rede pública estadual do Paraná e, posteriormente, os três relatórios (GESTRADO/UFGM 2020; APP-SINDICATO/UDEL, 2020 e CHILANTE, 2021) que retratam como esses professores vem sofrendo psiquicamente com a introdução do ensino remoto na pandemia de COVID-19. A leitura dos capítulos um e dois dará uma base para o entendimento do quarto capítulo para além dos dados apresentados. Isso será possível em consequência da perspectiva ontológica por nós dada à problemática do sofrimento mental dos professores e professoras paranaenses.

1. A CATEGORIA TRABALHO

Estudaremos inicialmente a categoria trabalho, por entendermos ser uma categoria de análise importante para a compreensão da gênese do ser social e para caracterizarmos melhor a forma que o trabalho adquire no modo de produção capitalista.

Concordamos com Lessa (2007), de que as categorias marxianas se mantem atuais para o entendimento do mundo que vivemos hoje, elas “nos possibilitam o desvelamento da totalidade das mudanças que presenciamos em nosso dia a dia, possibilitam articular o que o atual desenvolvimento histórico tem de essencial e fenomênico” (p.321). O trabalho como ato fundante do ser social foi elaborado por Marx e desenvolvido posteriormente por Lukács, em sua Ontologia do Ser Social. O filósofo húngaro analisou o trabalho a partir de uma perspectiva ontológica e descreveu o seu mecanismo de funcionamento interno em conceitos como: prévia-ideação, objetivação, exteriorização, teleologia, causalidade e alienação.

1.1 ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

O homem na luta pela sobrevivência e para se afastar das barreiras naturais, sempre realizou o intercâmbio com a natureza, em todas as formas sociais. No entanto, a ação humana sempre foi intencional, isto é, o homem, ao contrário dos outros animais, tem a capacidade de planejar em sua mente uma determinada ação, colocá-la em prática com vista a atingir um determinado fim. A esse processo, Marx denominou trabalho, ou seja, “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o seu metabolismo com a natureza. ” (2017, p.255). Ele modifica a natureza intencionalmente e após essa ação, a sua consciência é transformada, alterando a si mesmo.

Essa capacidade é exclusivamente humana, pois o que difere o homem dos outros animais é a consciência. Numa emblemática passagem d'O Capital, Marx nos diz:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que o fato de o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. (2017, p. 255-256).

O trabalho, enquanto intercambio do homem com a natureza e produtor de valores de uso, é uma “perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2017, p.192) e sempre existiu. Essa análise elementar do processo do trabalho, Marx chamou de “momentos simples e abstratos” (2017, p.192). A esse processo de abstração até chegarmos na essência do objeto, Lukács denominou de aspectos ontológicos. O trabalho enquanto “atividade orientada a um fim” (2017, p.192) é uma condição universal humana presente em todas as formações sociais, mas que no modo de produção capitalista fica subordinado ao capital.

Para Lukács, havia uma ontologia subjacente nos escritos marxianos, principalmente depois que o filósofo húngaro teve contato com os Manuscritos Econômicos-Filosóficos em meados de 1930. Para ele, a ontologia⁸ marxiana caracterizava-se por ser histórica-social. Em sua obra derradeira, *Para uma ontologia do ser social* vol. II, Lukács analisou a gênese do ser social e os demais complexos a partir da categoria trabalho.

A natureza é imprescindível para a sobrevivência humana, ou seja, o homem tem a sua base natural ineliminável. Para Marx (2010), “a natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo humano”. (...) logo, “o homem é uma parte da natureza” (p.84).

Com base em Marx, Lukács (2013) chegou à conclusão de que existe três esferas ontológicas, a saber: a inorgânica, orgânica e a social. Estas são distintas uma da outra, porem articuladas. A esfera inorgânica é caracterizada pelo tornar-se outro mineral, a biológica tem como essência o “repor o mesmo da reprodução da vida” (LESSA, 2016, p.20) e finalmente, o ser social tem como qualidade distintiva fundamental a produção do novo, via trabalho, isto significa agir no mundo de forma intencional para modifica-lo conforme a sua vontade.

⁸ A ontologia marxiana possui base materialista e essência histórica, logo difere da ontologia metafísica.

A passagem de uma esfera para outra se dá mediante o salto ontológico, que é um processo de ruptura, mas com continuidade. Por exemplo, na passagem da esfera inorgânica para a orgânica, e desta para a social, há na esfera presente características da esfera precedente. O ser social mantém em sua constituição a sua base inorgânica e orgânica, que são irrevogáveis.

(...) todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser. (LUKÁCS, 2013, p.46).

O trabalho enquanto intercambio do homem com a natureza que permite o surgimento do ser social, sendo considerado “a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano” e também “o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social” (LESSA, 2016, p.27). Com base nesse fato, é essencial analisarmos essa categoria com rigor para compreendermos melhor as outras práxis sociais, pois de acordo com Lukács:

No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social (LUKÁCS, 2013, p.44).

Ressaltamos que, pensamos o trabalho como prioridade ontológica⁹, ou seja, como “base insuprimível de toda a sociedade” (FORTES, 2016, p.71) e não de forma vulgar como: “o trabalho é a essência do homem” ou qualquer coisa relacionada a uma ontologia do trabalho.

Lukács (2013) fez um estudo minucioso da processualidade interna do trabalho e chegou à conclusão, com base em Marx, que o homem pela “previa ideação”, idealiza na sua mente o objeto a ser construído. É um momento abstrato que, ao ser materializado, a subjetividade é objetivada, temos, portanto, a “objetivação”. A “exteriorização” se dá no “momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, (...)” (LESSA, 2016, p.31). O agir consciente na natureza - o pôr teleológico - visa controlar o máximo possível a causalidade para que o fim seja atingido.

⁹ Com base em Fortes (2016), entendemos como prioridade ontológica quando temos um “elemento que atua como pressuposto necessário para a existência de outras categorias”.

Para tanto, o homem deve conhecer corretamente o seu entorno para no momento da prévia ideação, capturar na sua mente os melhores meios para se atingir um determinado fim. À correta captação do real, Lukács denominou de *intentio recta*, sendo esta fundamental para o pôr teleológico primário¹⁰. “A relação dialética entre teleologia e causalidade corresponde à essência do trabalho, segundo Lukács” (LESSA, 2016, p. 35). Pensar o trabalho a partir da perspectiva ontológica é estudá-lo na sua processualidade interna. O trabalho transforma a natureza e ao mesmo tempo quem o executa, pois há o enriquecimento subjetivo. O ser social com a produção do novo, via trabalho, desponta como um ser “complexo de complexos” (LUKACS, 2013, p.162). A medida que o trabalho se complexifica, outros complexos vão surgindo, como: o direito, a educação e etc.

1.2 TRABALHO NO CAPITALISMO

Pensar o trabalho ontologicamente é analisá-lo enquanto valor de uso, ou seja, um trabalho que tem por objetivo a satisfação das necessidades humanas. Nessa perspectiva, o homem tem o controle de todo o processo do trabalho, desde a prévia-ideação até a objetivação. Já no modo de produção capitalista, o trabalho sofre um rearranjo no qual fica subordinado ao capital, isto é, o que é produzido visa atender o mercado e não mais as necessidades humanas. O homem não tem controle do que é produzido e vende a sua força de trabalho a quem detém os meios de produção. “Nosso capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante o seu trabalho. ” (MARX, 2017, p.262). Logo, o produto do trabalho não mais pertencerá ao trabalhador e sim ao capitalista, ou seja, “o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. ” (MARX, 2017, p.193). Isso se deve ao fato de que “o trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho. ” (MARX, 2017, p. 262). O produto produzido – propriedade do capitalista – possui um valor de uso, mas deve servir como um suporte para o valor de troca, para isso deve ir ao mercado e se confrontar com outras mercadorias. A intenção do capitalista é lucrar, “ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais valor. ” (MARX, 2017, p.263). Esse mais valor extraído do

¹⁰ Para Lukács, o pôr teleológico primário é uma ação que visa a transformação da natureza. Já o pôr teleológico secundário se dá entre consciências, ou seja, é a “persuasão de outros indivíduos para que ajam de uma determinada maneira”. (LESSA, 2016, p.53)

processo de trabalho pode se dar pela extensão da jornada de trabalho – mais-valor absoluto – ou pelo incremento de “processos técnicos do trabalho” (2017, p.383), isto é, o mais-valor relativo. De acordo com Marx,

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas o equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho para o capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. (MARX, 2017, p.578).

Para a extração desse mais valor, o trabalho deve estar subordinado ao capital e é a principal característica do modo de produção capitalista. A técnica que deveria estar a serviço do homem é usada de forma a expropriar mais trabalho do trabalhador, Marx destaca que o problema não é a técnica em si, mas o uso dela pelos capitalistas. A complexificação do trabalho e sua fragmentação aliena o trabalhador de todo o processo, esse fato empobrece o trabalho e desumaniza o trabalhador que passa a ser uma coisa e apêndice da máquina. A mercadoria produzida se sobrepõe ao trabalhador e ao entrar no mercado, oculta as relações de trabalho. Observamos que no modo de produção capitalista ocorre uma inversão e o trabalho não está relacionado a autoconstrução humana, para Marx:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2010, p.80).

O que ocorre nessa inversão é que a mercadoria produzida pelo trabalhador passa a ser um objeto estranho, o qual o trabalhador não reconhece como produto de seu trabalho. Esse estranhamento ou alienação¹¹ se dá tanto no produto do trabalho quanto no processo de trabalho,

¹¹ Para fins didáticos iremos considerar o termo alienação e estranhamento como sinônimos. Há uma divergência na tradução dos termos do alemão *Entäusserung* e *Entfremdung* por meio de autores marxistas no Brasil. O sociólogo Ricardo Antunes, o filósofo István Mészáros e a editora Boitempo optaram por traduzir o termo *Entäusserung* por alienação/exteriorização, e *Entfremdung* por estranhamento. Os filósofos Sergio Lessa e Nicolas Tertulian optaram por traduzir *Entäusserung* por exteriorização e *Entfremdung* por alienação. De acordo com

no qual o trabalhador deixou de ter uma visão de todo o processo e o trabalho passou a ser fragmentado, com movimentos repetitivos e execução mecânica em detrimento do pensar-executar.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*). (MARX, 2010, p. 80).

O produto do trabalho é para o trabalhador um objeto estranho e hostil, e continua Marx:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu trabalho* como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (2010, p.81).

O trabalho no modo de produção capitalista mortifica o homem e este passa a concebê-lo como uma atividade estranha e desumana.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. (...). Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quanto muito ainda habitação, adornos e etc., e em suas funções humanas

Lessa (2012), tanto a exteriorização quanto a alienação, por meio das objetivações retornam aos indivíduos, no entanto, elas podem possibilitar a humanização (exteriorização) bem como a desumanização (alienação), respectivamente. O filósofo Sergio Lessa discute essa opção de tradução no livro *Mundo dos homens: trabalho e ser social*, resultado de sua tese de doutorado.

só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. (MARX, 2010, p.83).

O trabalho enquanto processo de humanização do homem passa ser, no modo de produção capitalista, uma atividade estranha a quem executa. O homem só se sente livre e humano quando não trabalha e nas suas atividades fisiológicas. O capitalismo inverteu o processo de trabalho a ponto de naturalizarmos esse modo de produção como algo intransponível. É fundamental termos em mente a perspectiva ontológica do trabalho para observarmos o quanto esse modo de produção o deteriora. Embora o trabalho seja mortificador, o homem precisa sobreviver e vender a sua força de trabalho ao capital sob as mais nefastas condições. A partir desse momento, em que a força de trabalho é uma mercadoria submetida aos ditames do capital, temos consolidado o fenômeno da precariedade. Esta passa a ser uma “condição histórica-ontológica” (ALVES, 2007, p.113) do trabalho no modo de produção capitalista.

Deste modo, ao dizermos *precariedade*, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A *precariedade* do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social. (ALVES, 2007, p. 133).

Temos, portanto, a precariedade como uma condição ontológica do modo de produção capitalista e a precarização como um processo derivado dessa condição que ganha novas formas no decorrer do processo histórico e das necessidades do capital.

O conceito de precarização diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade. Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. (ALVES, 2007, p. 114).

A precarização afeta diretamente as condições de trabalho. O capitalismo degrada a saúde física e mental dos trabalhadores, as formas de organização do trabalho se modificam com o tempo e com a demanda do capital, mas mantem essa condição mortificadora, uma vez que, a racionalidade desse modo de produção desconsidera o humano e valoriza apenas o lucro.

Às queixas sobre a degradação física e mental, a morte prematura, a tortura do sobre-trabalho, ele responde: deveria esse martírio nos martirizar, ele que aumenta nosso gozo (lucro)? De modo geral, no entanto, isso tampouco depende da boa ou má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe ao capitalista

individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista. (MARX, 2017, p.342).

E continua o filósofo alemão,

Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais -, tudo isso é pura futilidade! (MARX, 2017, p. 337).

A redução do trabalhador a uma mera força de trabalho a serviço do capital, o impede de cuidar de si e, conseqüentemente deteriora a sua saúde. Além de afetar subjetivamente o indivíduo via estranhamento, os seus aspectos físicos são desconsiderados. O capital para Marx:

Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. (2017, p.338).

O homem não consegue restaurar de forma plena suas atividades vitais básicas, comprometendo a sua saúde. Muitos desses trabalhadores e trabalhadoras não suportavam essa situação de exploração, levando muitos a cometerem suicídio:

Entre as causas do suicídio, está muito frequentemente a exoneração de funcionários, a recusa de trabalho, a súbita queda dos salários, em consequência de que as famílias não obtinham os meios necessários para viver, tanto mais que a maioria delas ganha apenas para comer. (MARX, 2006, p.48).

No modo de produção capitalista, o homem é reduzido a um meio de produção, é coisificado e se desgasta física e psiquicamente no trabalho.

1.3 TRABALHO DOCENTE E O ESTADO NEOLIBERAL

Pensar no trabalho docente, é pensar no processo educativo em geral, seja em espaços formais como a escola e informais como em associação de moradores de um bairro, por exemplo. Tanto o trabalho, desde uma perspectiva ontológica, quanto a educação fazem parte

do processo de humanização do homem. A educação é um dos complexos sociais que permite a transmissão do conhecimento desenvolvido pela humanidade, o ser social não começa do zero, ele parte de um mundo material histórico e socialmente já constituído. Sem a educação não há o processo de humanização do homem e nem a reprodução social. Na sociedade capitalista, marcada pelo trabalho alienado, a educação não poderá desenvolver de forma plena e emancipar humanamente¹² os indivíduos, isto é, ela terá as suas limitações.

A educação pode ser um meio para a manutenção do status quo, bem como, um meio para se pensar em novas possibilidades de existência. Sendo, portanto, um espaço de contradições no qual o professor tem um papel basilar. Para Lukács (2013), a educação é uma atividade específica do ser social,

(...) o essencial da educação dos homens, pelo contrário, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. Isso significa duas coisas: em primeiro lugar, que a educação no homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou. (p.176-177).

A concepção ontológica de Lukács, nos diz que a educação em seu aspecto amplo se dá em toda a existência, uma vez que os homens sempre estão reagindo “ a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado. ” (LUKÁCS, 2013, p.178). No sentido estrito, ocorre nos espaços formais. Ambas as modalidades educacionais agem de forma dialética e se complementam. A educação é um por teleológico secundário, ou seja, é um agir intencionalmente que se dá entre as consciências.

Interessa-nos nesse trabalho a educação nos espaços formais realizada pelos professores (estáveis e temporários) na rede pública da educação básica paranaense. Sem esse profissional, não tem processo educativo. Para Oliveira (2010):

O trabalho docente não se refere apenas à sala de aula ou ao processo de ensino formal, pois compreende a atenção e o cuidado, além de outras atividades inerentes à educação. De forma genérica, é possível definir o trabalho docente como todo ato de realização no processo educativo. (OLIVEIRA, 2010, p.1).

¹² Marx no livro “Sobre a Questão Judaica”, define e diferencia a emancipação política da emancipação humana. Dentro da ordem do capital, é possível somente a emancipação política. A emancipação humana, onde o indivíduo poderá desenvolver plenamente as suas potencialidades será possível apenas numa outra sociedade para além do capital.

O trabalhador docente da rede pública paranaense, a partir de uma abordagem marxiana, realiza um trabalho improdutivo¹³, isto é, não produz mais valia, mas está relacionado como mencionamos à reprodução social. Na leitura imanente d’*O capital*, Marx deixa claro que: “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” (2017, p. 578). O filósofo alemão menciona que o trabalho produtivo não está relacionado apenas com a utilidade do produto do trabalho, mas com “uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital.” (2017, p. 578). E finaliza, “ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar.” (2017, p. 578).

Convém destacarmos que, mesmo trabalhando para o Estado, esses profissionais estão sujeitos a formas precarizadas de trabalho como os professores da rede privada de educação. Para compreendermos como se dá essa exploração por intermédio do Estado, faremos uma consideração sobre o Estado e as particularidades do Estado brasileiro.

O Estado na concepção marxiana é o responsável pelo ordenamento da sociedade, tem um caráter de classe, isto é, visa atender os interesses da classe dominante. Cada modo de produção tem um Estado característico e este se modifica com o tempo para reproduzir o capital.

Dado que o Estado surgiu da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas dado que surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi sobretudo o Estado dos donos de escravos para manter os escravos sob controle, como o Estado feudal foi o órgão da nobreza para manter sob controle os camponeses servis e o Estado representativo moderno é o instrumento de espoliação do trabalho assalariado pelo capital. (ENGELS, 2019, p.158).

O capitalismo necessita do Estado e de suas instituições¹⁴, pois em momentos de crise é o Estado quem socorre o capital. Após a primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos da América viviam o auge do liberalismo econômico até a Crise de 1929. Após a maior crise

¹³ Lessa (2007), com base em Marx (2017), ressalta que os funcionários públicos, como os professores de escolas pública por exemplo, são trabalhadores improdutivos (p.173). No livro *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, o autor defende a atualidade das categorias marxianas, a leitura imanente de *O capital* de Marx e dialoga com autores marxistas consagrados como: Ricardo Antunes, Marilda Iamamoto e Demerval Saviani.

¹⁴ Necessita também da legislação nacional e de políticas que estejam voltadas hegemonicamente para a reprodução do capital.

financeira deste país, as ideias keynesianas foram postas em práticas por meio de políticas públicas em infraestrutura sociais pelo então presidente Franklin Delano Roosevelt em 1933. O Estado passou a intervir na economia com o objetivo de controlá-la, prevenir novas crises e garantir o pleno emprego. Temos, portanto, o chamado Estado-Providência na sua versão Keynesiana.

Com a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009) na década de 1970, os grandes empresários acusaram o Estado-Providência Keynesiano e suas políticas sociais como causadores dessa crise. Mas, o que de fato ocorreu foi a superprodução de mercadorias pelo modelo fordista de produção, dentre outros fatores. A crise, de acordo com Netto e Braz (2012), é multifatorial e é inerente ao modo de produção capitalista.

A análise teórica e histórica do modo de produção capitalista comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise** (NETTO; BRAZ, 2012, p.170, grifos do autor).

A saída para a crise foi a adoção do modelo toyotista de produção, o qual era caracterizado pela produção sob demanda (para evitar o excesso de mercadorias como no modelo fordista) e o corte das políticas sociais, com a adoção de um Estado Neoliberal.

O Estado brasileiro nunca vivenciou um Estado-Providência keynesiano, o que presenciamos foi um modelo desenvolvimentista na era Vargas, o presidente criador da Consolidação das Leis Trabalhistas. A crise mencionada também atingiu o Brasil e a saída foi proposta pelo Consenso de Washington em 1989, que recomendou políticas de austeridade fiscal, privatizações e liberação do mercado em toda a América Latina. A implantação de um moderno Estado gerencial, com o controle dos gastos sociais, foi recomendado pelo consenso e acatado por Bresser Pereira que via na Constituição Federal de 1988 um retrocesso aos anos de 1930.

A reforma gerencial do Estado foi realizada pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que permitiu a entrada da ideologia neoliberal da administração no Estado. Esse fato acarretou nas reformas¹⁵, estas foram “recomendadas”, por organismos internacionais como: o Banco Mundial (BM), o Fundo

¹⁵ As reformas no Estado brasileiro são fundamentais para o neoliberalismo, além da reforma do Estado na década de 1990, vivenciamos recentemente a reforma da previdência, a trabalhista, educacional e do ensino médio.

Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) etc. No âmbito educacional, essas reformas desde a década de 1990 trouxeram novas diretrizes para as políticas educacionais que passaram a atender as demandas do capital. Esses organismos associavam a educação ao desenvolvimento econômico e ao recuo da pobreza nos países periféricos. De certa forma superestimavam a educação no sentido dela poder resolver problemas estruturais do capitalismo. O trabalho docente e o ensino foram impactados, uma vez que, os professores perderam a sua autonomia com a introdução da lógica do mercado que visava resultados e um currículo padronizado. Não podemos esquecer que, esse modelo de Estado é uma resposta ao capitalismo em crise, que visa sacrificar a população por meio de cortes com gastos sociais para que o capital possa acumular¹⁶. Outro fato a ser destacado é que as políticas neoliberais, em geral, contrariam a Constituição Federal de 1988¹⁷ no seu art. 6º, o qual prevê os direitos sociais mínimos a todos os brasileiros, como: alimentação, trabalho, saúde, educação, moradia e previdência social. No entanto, paradoxalmente, a própria constituição federal estabelece o pagamento da dívida pública sem dotação orçamentária e sem limites, o que abriu o caminho para o desvio de recursos públicos para o mercado financeiro.

(...) após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, incluiu a *alínea “b”*, uma possível fraude constitucional, no *Art. 166, parágrafo 3, inciso II*, que garante o privilégio ao pagamento da dívida pública sem dotação orçamentária e sem limite. Em 1987, o gasto com a *dívida pública* ⁽¹⁾ era de 11,34% da despesa geral da União e no ano seguinte da consolidação da Constituição Cidadã em 1988 cresceu para 19,81%. (LINDESAY; MARCELINO, 2022, grifos dos autores).

Nos anos subseqüentes à Constituição Federal, a dívida foi ganhando proporções e chegou a 70,57% da despesa geral da União no governo do presidente Fernando Collor de Melo.

Um ano após a promulgação da Constituição Federal, com a inclusão da alínea “b”, no Art. 166, o gasto com a dívida pública cresceu vertiginosamente chegando a 63,30% da despesa geral da União e em 1990, com a eleição de Collor de Melo subiu para 70,57%. A partir da criação do Plano Real (1994) a dívida pública (juros + amortização) vem consumindo todo ano cerca de 50% do orçamento público federal. O desvio orçamentário do seu verdadeiro guardião institucional – o Tesouro Nacional – por intermédio do Banco Central pela via do pagamento dos juros da dívida pública

¹⁶ De acordo com Harvey (1992), vivemos um “período de acumulação flexível” caracterizado pela flexibilidade dos mercados de trabalho (contratos temporários, trabalho intermitente etc.), produção sob demanda (toyotismo) em contraposição aos modelos rígidos de produção e desregulamentação do mercado financeiro e a globalização. De acordo com o autor, o período de acumulação flexível e a instabilidade econômica dão as condições para o desenvolvimento da cultura pós-moderna.

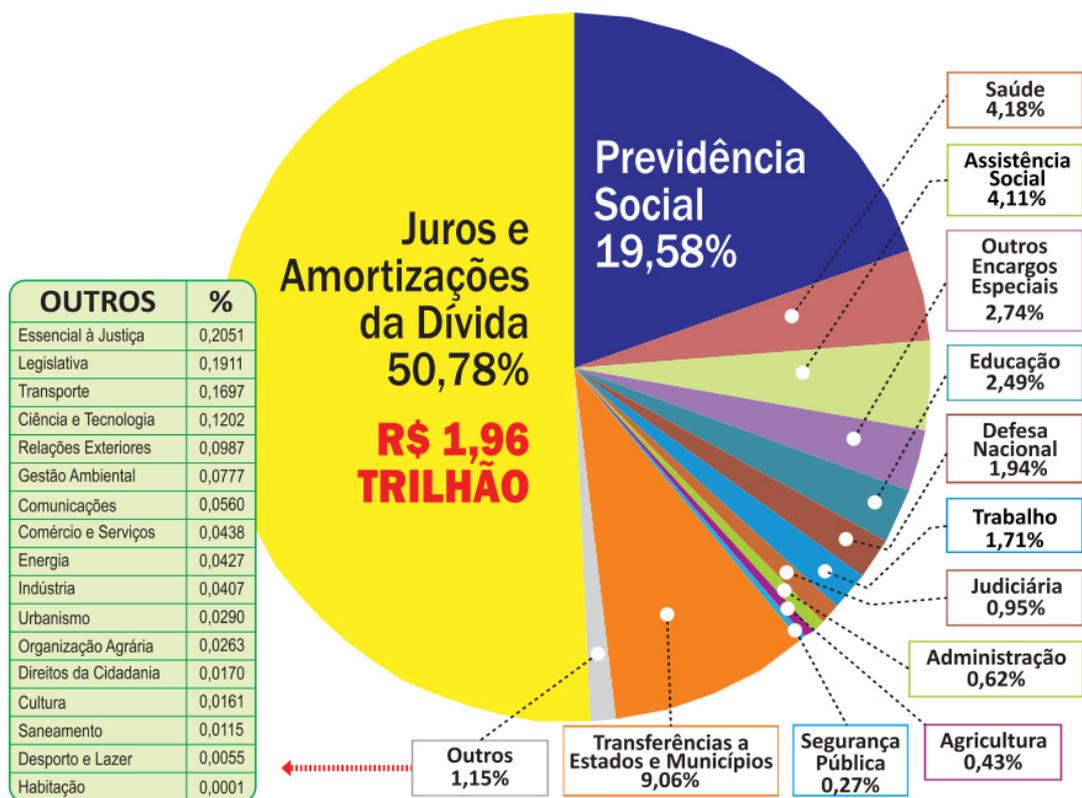
¹⁷ A CF de 88 é contraditória porque expressão das lutas de classes e dos lobbies, cada artigo foi defendido pelas classes sociais e diferentes frações de classe. Seus aspectos progressistas foram tecidos pelos movimentos sociais, seus artigos conservadores foram defendidos pelos grupos hegemônicos.

para remunerar os donos dos títulos públicos federais tem sido a mola motriz da política econômica desde o Plano Real. (LINDESAY; MARCELINO, 2022).

Fazemos questão de mencionar a dívida pública do Estado Brasileiro, uma vez que, foi auditada apenas nos anos de 1930 (GONÇALVES,2003), na era Vargas. Desde o plano real em 1994, mais de 50% da arrecadação da união vai para pagar os juros da dívida pública e remunerar os donos dos títulos federais. O gráfico abaixo ilustra o percentual que vai para o pagamento da dívida e o destinado para as áreas sociais.



Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$ 3,861 Trilhões



Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06
 Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 2/2/2022. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e outros gastos).

GRÁFICO 1 – ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2021. FONTE: Auditoria da Dívida Cidadã (2021).

Com base nesse gráfico cai por terra o discurso neoliberal de que é necessário diminuir os gastos sociais, pois oneram o Estado brasileiro. Porque essa dívida não é auditada? Certamente, os rentistas neoliberais do capital financeiro não ficariam felizes com essa ideia, o que observamos pelos meios de comunicação, na fala de políticos e empresários é a prioridade do pagamento da dívida para que o país tenha uma economia sustentável. É disseminada a ideia de que o país está quebrado e precisa voltar a crescer, mas com base no gráfico, observamos que o dinheiro arrecadado é para o pagamento dos juros da dívida que ano após ano tem aumentado e sem nenhuma contrapartida em benefícios sociais para a população. Podemos constatar que o encolhimento do Estado somente se aplica às áreas sociais, para o capital é Estado máximo que auxilia na ampliação e fortalecimento do capital agrário, rentista, produtivo e de serviços. De acordo com Lindesay e Marcelino (2022), o aumento da dívida pública no ano de 2022 em relação ao ano de 2021 foi de R\$ 235 bilhões e que daria para pagar quase duas vezes a previsão do orçamento da educação em 2022 (R\$ 120 bilhões).

Como podemos constatar todos os anos, através das Leis orçamentárias, não falta dinheiro para financiar o serviço da dívida pública. Na Lei Orçamentária Anual – LOA/2021 a previsão de *pagamento foi de R\$ 2,236 trilhões*. Um ano depois a Lei Orçamentária Anual – LOA/2022 aprovou a previsão de pagamento da dívida pública federal *no valor de R\$ 2,471 trilhões*. Com uma operação matemática simples, podemos constatar um aumento de R\$ 235 bilhões para pagamento da dívida pública. Esse aumento de R\$ 235 bilhões representa quase o dobro da previsão do *orçamento da Educação (R\$ 120 bilhões)* em 2022. (LINDESAY; MARCELINO, 2022, grifos dos autores).

Outro fato que temos obrigação de mencionar é a chamada Lei de Responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000), que passou a vigorar a partir do ano 2000. De acordo com o site do Ministério da Economia do governo federal¹⁸, “a Lei de Responsabilidade Fiscal vai mudar a história da administração pública no Brasil. Através dela, todos os governantes passarão a obedecer às normas e limites para administrar as finanças (...).” (BRASIL. Ministério da Economia). É a aplicação do modelo gerencial de administração ao Estado brasileiro, como se o mesmo fosse uma empresa, o que não deixa de ser verdade, pois a iniciativa privada que pede menos gastos sociais por parte do Estado, lucra quando o governo paga a dívida pública. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, quando o estado brasileiro gasta mais do que arrecada, a União tem duas alternativas: uma delas “é permitir a volta da inflação, imprimindo mais papel-moeda e colocando mais dinheiro em circulação na

¹⁸ O texto completo encontra-se no link do site do Ministério da Economia do Governo Federal: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/orcamento/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf, Acesso em: 29/11/2021

economia. ” (BRASIL. Ministério da Economia). A outra alternativa é pegar dinheiro emprestado com o mercado financeiro, emitir títulos públicos e fortalecer o capital financeiro.

Para isso, vai pagar juros ao mercado, porque, caso contrário, ninguém vai lhe emprestar dinheiro. Com isso, cada vez que precisar se financiar, vai oferecer títulos e pagar juros, e, quanto mais se endividar, maior será o risco de não conseguir pagar o que deve. Isso faz com que o mercado cobre juros cada vez mais altos para lhe emprestar dinheiro. Então ocorre o seguinte: a taxa de juros sobe, toda a economia sofre, mas o governo cobriu sua conta. (BRASIL. Ministério da Economia).

Os governantes das três esferas passam a ser responsáveis pelos gastos e podem ser penalizados caso não cumpram com a lei de responsabilidade fiscal. Essa lei foi criada para obrigar a união, os estados e municípios a destinar recursos do tesouro nacional para pagar os juros da dívida pública.

Em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional 95 que congelou por vinte anos os gastos em educação e saúde, a justificativa foi que o Estado brasileiro deveria fazer economia para o pagamento da dívida pública. Essa Emenda contrariou a meta 20 do Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei 13.005/2014) que reivindicava o aumento nos gastos em educação e tem como uma das diretrizes a valorização dos profissionais da educação.

Procuramos esclarecer como o Estado, no atual formato neoliberal atua via o mecanismo da dívida pública, a lei de responsabilidade fiscal e a emenda constitucional 95 para congelar e desviar os gastos sociais para o mercado financeiro. Toda essa operação ocorre com a difusão do ideário neoliberal pela mídia, pelos organismos internacionais, pela produção acadêmica e organizações não governamentais. Fica claro, agora, o que dissemos no início dessa seção, com base em Marx e Engels, o Estado e as suas instituições estão a serviço do capital. O Estado é uma importante categoria de conteúdo da obra marxiana e ajuda esclarecer em dialética com outras categorias o funcionamento do capitalismo nos dias atuais.

Os professores que trabalham para o Estado vêm sofrendo os impactos dessas políticas e suas reformas. No Estado do Paraná o último concurso público foi em 2013, um dos motivos para a não realização foi a diminuição com gastos com pessoal no setor público e racionalizar o dinheiro público arrecadado. A ausência de concursos públicos vai de encontro com a política de valorização docente e a lei complementar 103 de 15/03/2004 (atualizadas pelas leis complementares 106/2004, 130/2010 e 155/2013) que versa sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Desde então, o número de professores temporários contratados pela Secretária da Educação e do Esporte do Paraná tem aumentado e ultrapassado o percentual permite em lei. De acordo com Nauroski (2014), no ano

de 2014 percentual de professores temporários no Estado do Paraná atingiu a marca de 31,6%, contrariando a Lei Complementar n 108/2005 que em seu art. 3º limita para 10% no máximo o número desses professores e que a sua contratação deveria se dar em excepcional caso de interesse público. Conforme o art. 3º “As contratações de professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição.” (PARANÁ, 2005). Nauroski (2014) chega a indagar em sua tese se a motivação da contratação temporária é econômica e “da necessidade de adequação à Lei 148 Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, da responsabilidade fiscal que limita o orçamento dos Estados ao percentual de 46%, ou se deve a não priorização da educação pública.” (p.148).

Os chamados Professores Temporários Selecionados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), são menos onerosos para o Estado e não tem os mesmos direitos que os Professores Concursados do Quadro Próprio do Magistério (QPM). Os professores temporários não possuem plano de carreira com direito a progressão de nível e classe e, conseqüentemente não possuem aumento no salário. Sendo concursado ou temporário, ambos possuem a mesma formação e responsabilidade na prática docente, ou seja, tem os mesmos deveres, mas direitos trabalhistas diferentes. Os professores temporários após o término do contrato que dura no máximo dois anos, precisam tentar novamente o processo seletivo simplificado e concorrer a uma vaga. Muitos ficam na incerteza de ter trabalho, pois a cada ano que passa vai aumentando o quantitativo de professores recém-formados e a concorrência por vagas. Outros desistem do trabalho docente pelos baixos salários e turmas superlotadas. No Paraná os salários estão abaixo do piso salarial nacional há 6 anos e, de acordo com a APP-Sindicato “a defasagem da database ultrapassa os 25%, representando um corte de $\frac{1}{4}$ do poder de compra da categoria¹⁹”. O último reajuste da categoria foi de 2% e ocorreu em janeiro de 2020. Temos um cenário de total desvalorização e descaso para com os profissionais docentes do Estado, o que contribui para o avanço do mal-estar na categoria.

O trabalho docente é marcado pela precarização das condições e das relações de trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a profissão docente é uma das mais estressantes, sendo considerada uma profissão de risco, uma vez que grande parte

¹⁹ A reportagem encontra-se no site da APP-Sindicato, disponível < <https://appsindicato.org.br/mais-baixos-entre-40-paises-da-ocde/#:~:text=J%C3%A1%20na%20E2%80%9CFin%C3%A2ndia%20do%20Sul,2%25%20em%20janeiro%20de%202020> > Acessado em : 20/12/2021

desses profissionais estão adoecendo e sendo acometidos pela síndrome de burnout²⁰ (OIT, 1984).

Além dos baixos salários como mencionado, a violência escolar, número excessivo de alunos em sala de aula, extensas jornadas de trabalho, perseguição ideológica e desvalorização da categoria são potenciais agentes estressores. Esteve (1999) cunhou o termo “mal-estar docente” para designar os efeitos negativos do trabalho, o desgaste físico e emocional do professor.

Para Fajardo, Minayo e Moreira (2010), muitos professores estão insatisfeitos com seus trabalhos, não possuem perspectivas de melhoria e se sentem impotentes. Esses fatores contribuem para a ocorrência de estresse na profissão docente.

2. DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SEUS ASPECTOS ONTOLÓGICOS

Estudamos que há aspectos estruturais do modo de produção capitalista que são destrutivos e causam danos à saúde dos trabalhadores. O desenvolvimento das forças produtivas que deveria poupar os trabalhadores de mais trabalho, trouxe na verdade um maior desgaste devido as novas formas de organização do trabalho. Ao mesmo tempo, os indivíduos tiveram um maior acesso aos insumos básicos para a sua sobrevivência, contribuindo para uma maior expectativa de vida, são as contradições do modo de produção capitalista. As relações sociais se dão numa sociedade onde ocorre uma inversão, isto é, as relações entre pessoas são reificadas e as mercadorias, de certa forma, são humanizadas. Na sociedade capitalista tudo passa a girar em torno da mercadoria e da sua valorização, isto é, do capital. Essas inversões acabam por desumanizar o homem e afeta-lo em seus aspectos objetivos e subjetivos de sua existência. De acordo com Albuquerque e Silva (2014) o entendimento do “modo de produção, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais estabelecidas” são basilares para “a compreensão da determinação social da saúde humana” (p.960).

Verificamos com Marx (2010;2017) e Lukács (2013) que a história humana é marcada pela luta pela sobrevivência e o afastamento das barreiras naturais. A medida que o ser social

²⁰ De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, a síndrome de burnout é caracterizada “como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso. É caracterizada por três dimensões: sentimentos de exaustão ou esgotamento de energia; aumento do distanciamento mental do próprio trabalho, ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao próprio trabalho e redução da eficácia profissional.” (OPAS, 2019).

se humaniza - via trabalho e os outros complexos sociais – ele desenvolve as suas potencialidades e controla a natureza no seu entorno. Para Albuquerque e Silva (2014), “os seres vivos, em geral, estão saudáveis quando em condições de realizar aquilo que a natureza lhes apresenta como potencial de realização.” (p.954). As plantas estariam saudáveis ao extrair material orgânico e inorgânico do solo, realizarem fotossíntese e se reproduzirem. Os animais são saudáveis ao se alimentar, “proteger-se, reproduzir-se e ter como expectativa de vida aquela que caracteriza sua espécie.” (p.954). Vimos com Lukács que o que difere os humanos dos animais é o agir intencionalmente na natureza, bem como ultrapassar as barreiras naturais impostas, via trabalho. À medida que os obstáculos naturais são vencidos, o ser social consegue desenvolver e ampliar as suas potencialidades, tornando-se mais saudável.

Partiremos de uma perspectiva materialista histórica-dialética da saúde, e para tanto, utilizaremos a definição do médico, sociólogo e historiador argentino, Juan César Garcia. A saúde para esse autor é entendida como uma condição de “máximo desenvolvimento das potencialidades do homem, de acordo com o grau de avanço obtido pela sociedade em um período histórico determinado” (GARCIA, 1989, p.103). Essa acepção contraria a definição tradicional de saúde como “a simples ausência de doenças” (FLEURY-TEIXEIRA, 2009, p.382), de acordo com esse autor, uma definição “puramente negativa” (2009, p.382) e uma “visão restritiva da saúde” (p.382). A Constituição da Organização Mundial da Saúde de 1948 possui uma concepção mais ampla de saúde e não se restringe apenas a ausência de doenças, sendo: “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades²¹” (OMS, 2006, tradução nossa). Para Fleury-Teixeira (2009), trata-se de uma definição positiva, mas com alguns inconvenientes. Isto é, “há a indeterminação, a incapacidade de especificar o objeto que se pretende definir” (p.382) e o fato de “postular a saúde como um estado ideal de plenitude, que seria o objetivo final, nunca atingível” (p.382). Uma terceira definição que, segundo Fleury-Teixeira (2009), vem ganhando destaque no campo da promoção da saúde²² “é a sua visualização como um meio, um recurso para a vida das pessoas” (p.383). Essa última concepção foi elaborada na primeira conferência internacional sobre promoção da saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em 1986 que resultou na Carta de Ottawa.

²¹ “Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity”. (OMS, 2006).

²² Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. **A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver.** Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global. (CARTA DE OTTAWA, 1986, grifo nosso).

Para se atingir essa acepção de saúde são necessárias algumas exigências, como:

As condições e os recursos fundamentais para a saúde são: Paz – Habitação – Educação – Alimentação – Renda - ecossistema estável – recursos sustentáveis - justiça social e equidade O incremento nas condições de saúde requer uma base sólida nestes pré-requisitos básicos. (CARTA DE OTTAWA, 1986).

As concepções de saúde mencionadas dão base para a elaboração de políticas de saúde em diversos países. São acepções limitadas, pois não levam em conta o modo de produção capitalista, e, abstratas, uma vez que o “completo bem-estar físico, mental e social” sem mencionar a ruptura com o capitalismo não passa de um idealismo ingênuo. “Paz – Habitação – Educação – Alimentação – Renda - ecossistema estável – recursos sustentáveis - justiça social e equidade” são essenciais para a promoção da saúde, mas em nenhum momento é questionado o modo de produção vigente que ontologicamente: lucra com as guerras, resulta na concentrações de terras e falta de moradias; promove educação de qualidade para a elite e o mínimo necessário para grande parte da população; produz e desperdiça alimentos enquanto há um número absurdo de pessoas passando fome; a renda é concentrada na mão de uma minoria que nada produz para a sociedade; não há como compatibilizar um ecossistema estável e sustentável com um modo de produção destrutivo; assim como não tem como superar as desigualdades sociais e falar em equidade sendo que essas são estruturais e inerentes a esse modo de produção.

Pensar ontologicamente a saúde²³, com base em Marx e Lukács, se faz necessário. A abordagem ontológica permite que levamos em conta a totalidade social, as partes e as mediações que fazem conexões das partes com o todo. A realidade que vivemos é complexa e permeada por contradições, a saúde não pode ser pensada a partir apenas de seus aspectos biológicos. Podemos incorrer na abordagem gnosiológica²⁴ da saúde se nossa análise for

²³ Compreendemos que, pensar ontologicamente a saúde, é refleti-la a partir do materialismo histórico-dialético.

²⁴ Um importante estudo sobre a abordagem gnosiológica e ontológica na saúde pode ser melhor compreendida no artigo de Souza (2020). Ivo Tonet possui em excelente livro *Método científico: uma abordagem ontológica*, que

fragmentada, desconsiderando o processo dialético e interligado de fatores sociais, políticos, econômicos e ideológicos. A ontologia do ser social permite compreendermos que a vida humana em sociedade é determinada socialmente,

Que tipo de vida, o quanto se poderá viver, que tipo e grau de desgaste, de possibilidades de desfrute dos bens produzidos, que bens estarão disponíveis, dependem do grau de desenvolvimento adquirido pelas forças produtivas da sociedade em que se vive. Como demonstramos, tudo na vida em sociedade, tudo na vida humana, é determinado, em última instância, pelo grau de desenvolvimento alcançado pela sociedade, é determinado socialmente. (ALBUQUERQUE E SILVA, 2014, p.960).

Contrariando a biomedicina tradicional e a epidemiologia que centra seus estudos nos aspectos biológicos e nos fatores de risco, a medicina social pensa o processo saúde-doença como um processo social, e não apenas biopsíquico. Se forem considerados apenas os fatores de risco e biológicos – desconectados da totalidade social – o indivíduo é responsabilizado pela sua boa ou má saúde. Se analisarmos bem, essa perspectiva tem uma conexão forte com a ótica neoliberal, indivíduos atomizados e responsáveis pelo seu sucesso e fracasso, como se a realidade sócio-histórica não interviesse na sua ilusória realidade de ser livre e auto-suficiente.

Longe da abordagem gnosiológica, a medicina social latino-americana pensa a saúde como socialmente determinada. O Movimento Operário Italiano trouxe importantes contribuições para essa nova forma de pensar a saúde e todo esse curso avançou e resultou no que conhecemos como saúde coletiva. De acordo com Souza (2020), a saúde coletiva de perspectiva crítica nutriu do “pensamento de Marx (apesar de essa apropriação acontecer por caminhos diversos), e, portanto, dá uma guinada ontológica, rumo à construção de um pensamento que alcance o que a saúde é em si”. (SOUZA, 2020, p.175). O indivíduo não será responsabilizado pela sua boa ou má saúde, uma vez que aspectos coletivos do social são considerados dialeticamente com ele, aliás, o coletivo terá a prioridade ontológica em face do indivíduo.

No interior de uma relação indissociável entre aspectos biológicos e sociais (nestes, inclua-se aí aspectos culturais, políticos etc.), a saúde humana ganha seus contornos individual e coletivamente, transitando em vários níveis e de diversas formas, dependendo das relações sociais estabelecidas, em especial as relações sociais de produção. (SOUZA, 2020, 176).

diferencia essas duas abordagens e destaca a importância de resgatar a ontologia materialista proposta do Marx e desenvolvida por Lukács.

Autores como Donnangelo (1976); Laurell (1983); Berlinguer (1978) e Breilh (2010) compreenderam a determinação social da saúde com base em Marx. Veremos também, que esses autores possuem uma abordagem ontológica da saúde tal como bem observado por Souza (2020).

A médica e socióloga mexicana, Asa Cristina Laurell, observou que num mesmo tempo histórico os diversos países apresentavam indicadores de saúde diferentes. Para Laurell (1983), fatores como o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais estabelecidas em cada país influencia diretamente na saúde de sua população. “As sociedades que diferem em seu grau de desenvolvimento e organização social devem apresentar uma patologia coletiva diferente. Finalmente, dentro de uma mesma sociedade, as classes que a compõem mostrarão condições de saúde distintas.” (LAURELL, 1983, p.3 e 4). Os EUA, por exemplo, possuem um grau de desenvolvimento das forças produtivas superior aos dos países africanos, logo a população americana tem mais acesso a uma variedade maior de alimentos, medicamentos e etc. No entanto, países como Cuba - que possui as forças produtivas muito inferior à estadunidense - possui indicadores de mortalidade infantil inferior ao país norte americano, que de acordo com Laurell (1983), se justifica pelo fato da sociedade cubana se organizar de forma que todos tenham acesso à saúde e no impedimento da entrada de políticas liberais no país. As relações sociais de produção nos EUA são marcadas pela exploração, competitividade e individualismo. O processo saúde-doença tem o seu caráter histórico e para decifrá-lo, segundo a autora, é necessário pensa-lo para além dos fatores biológicos.

O processo saúde-doença do grupo adquire **historicidade** porque está socialmente determinado. Isto é, para explicá-lo, não bastam os fatores biológicos, é necessário esclarecer como está articulado no processo social. Mas o caráter social do processo saúde-doença não se esgota em sua determinação social, já que o próprio **processo biológico humano é social**. É social na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico. Isso se expressa, por exemplo, no fato de que não é possível determinar qual é a duração normal do ciclo vital, por ser ele diverso em diferentes épocas. Isto leva a pensar que é possível estabelecer padrões distintos de desgaste-reprodução, dependendo das características da relação entre o homem e a natureza. (LAURELL, 1983 p.12, grifos nosso).

O nexó entre o biológico e o social é a base para a ontologia do ser social de Lukács (2013). As atividades básicas humanas de se alimentar, o ato sexual já é eminentemente social, uma vez que, cozinhamos os alimentos e usamos talheres, por exemplo. A historicidade é uma categoria essencial tanto em Marx quanto na ontologia lukacsiana, para Laurell (1983) o processo histórico de intercambio do homem com a natureza - que ela chamará de *processo de*

trabalho- o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção impactam diretamente no processo saúde-doença.

Em termos muito gerais, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de **processo de trabalho** baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. (LAURELL, 1983, p.16, grifo nosso).

Para Souza (2020), a autora assume uma perspectiva ontológica do processo saúde-doença, uma vez que, o modo como se dá intercâmbio do homem com a natureza, isto é, o *processo de trabalho* é imprescindível para a compreensão do processo saúde-doença.

Constatamos que, em última instância, ela reconhece que é o trabalho o complexo social ontologicamente prioritário no processo de determinação da saúde, com clara inspiração marxista, quando faz referência às forças produtivas e relações sociais de produção como basiladores do modo como os homens se apropriam da natureza e, assim, produzem o mundo social, com todos seus processos particulares, inclusive a saúde. Ainda que Laurell não explicita que realiza uma abordagem ontológica, ela atinge os elementos mais fundamentais do processo saúde-doença, apreendendo seu caráter dialético e reproduzindo-o no concreto pensado. (SOUZA, 2020, p. 180).

A pedagoga Maria Cecília Ferro Donnangelo, foi a precursora do pensamento social em saúde no Brasil. Donnangelo (1976), destacou o papel da medicina na reprodução social do capital, isto é, a sua função na manutenção de corpos saudáveis e disponíveis para o mercado de trabalho. Embora a prática médica seja anterior ao modo de produção capitalista, ela não é neutra e assim como a ciência moderna, atende as demandas do capital. Para a pedagoga, “(...) a medicina não apenas cria e recria condições materiais necessárias à produção econômica mas participa ainda da determinação do valor histórico da força de trabalho e situa-se, portanto, para além de seus objetivos tecnicamente definidos” (DONNANGELO, 1976, p.34). Com uma forte inspiração marxiana, a autora percebe que a prática médica contribui para a reprodução social pela manutenção de corpos socialmente necessários ao capital.

Essa aplicação da medicina ao corpo, enquanto agente socialmente determinado da produção econômica, fundamenta, entre outras, uma perspectiva de análise que apreende a participação da prática médica no processo de acumulação através de sua imediata articulação com a estrutura econômica, em particular com o momento da produção. Sinteticamente, tal perspectiva acentua o papel da medicina no processo de produção da mais valia, em particular da mais-valia relativa através basicamente do aumento da produtividade do trabalho, dado que a melhoria das condições de saúde do trabalhador possibilita a obtenção de um máximo de produtos em menor tempo de trabalho e, correspondentemente, a produção de mercadorias por custo mais reduzido. (DONNANGELO, 1976, p. 34-35).

O médico, cientista e político italiano, Giovanni Berlinguer, colocou em questão a contradição entre o desenvolvimento capitalista e a saúde. Com forte inspiração marxiana, Berlinguer procurou compreender o motivo do adoecimento dos operários italianos. O cientista italiano (1978) destacou que embora tenha ocorrido um avanço na expectativa de vida no século XIX, alguns países apresentaram uma queda no tempo de vida. Berlinguer (1978) relacionou esse fato ao processo de produção capitalista e nos alertou que esse modo de produção e a exploração do trabalhador caminham lado a lado com a destruição ambiental.

Souza (2020) salientou a dimensão ontológica da concepção de saúde de Berlinguer e destacou que para o cientista italiano, a saúde se sobreporá à doença somente se houver uma “revolução profunda”,

Para que a saúde se sobreponha à doença, é preciso mudar profundamente o comportamento cotidiano, os modelos de vida, a produção e o consumo, as formas de participação na atividade comunitária, a direção política do governo e das administrações locais. É necessária uma revolução profunda, que envolva todos os partidos e atravesse a existência cotidiana de cada um. (BERLINGUER APUD SOUZA, 2020, p.182).

O médico equatoriano, Jaime Breilh, expoente da medicina social latino-americana e criador da epidemiologia crítica de cunho social, sempre questionou a epidemiologia tradicional, de natureza positivista e que tinha por base a clínica e a matemática. O médico considera os dados estatísticos e biológicos importantes, mas que sejam conectados aos aspectos sociais, políticos e ideológicos da realidade. Breilh (2006) elaborou a matriz dos processos críticos (protetores e destrutivos), o qual permite detectar a origem dos processos que destroem da saúde numa determinada coletividade.

Breilh (2010) entende o processo saúde-doença em seus aspectos singulares, particulares e universais. Essas três instancias estão relacionadas e fazem parte da dinâmica social. No plano individual são levados em conta o estilo de vida do indivíduo, no particular são considerados um determinado grupo social que estão vinculados a aspectos mais universais, ou seja, ao modo de produção e a organização da sociedade capitalista. A dialética entre essas três instancias da realidade permite, segundo Breilh (2010), traçar o perfil epidemiológico de uma determinada coletividade.

Para Souza (2020), o pensamento do médico equatoriano “expressa a guinada ontológica dada pela saúde coletiva”,

O posicionamento crítico de Breilh expressa a guinada ontológica dada pela Saúde Coletiva (com origens na medicina social latino-americana), ao se aproximar da teoria social marxista, o que pressupõe a crítica das velhas ideias, enraizadas no modelo biomédico. (SOUZA, 2020, p.182).

Os autores mencionados apresentam uma concepção do processo saúde-doença diferente da predominante²⁵, a qual fragmenta os fatores que vão determinar na saúde dos indivíduos e desconsideram a dialética das partes com o todo social. De acordo com Souza (2020), “ainda que por marxismos diferentes, esses autores constroem uma ideia- -chave de teor ontológico, mesmo que nenhum deles, até então, tenham dialogado com Lukács” (SOUZA, 2020, p.183).

Para Lukács, há uma ontologia do ser social nos escritos marxianos, para ambos autores o ser social tem uma base biológica ineliminável. O afastamento das barreiras naturais e a sua complexificação não apaga o seu caráter biológico. O filósofo húngaro destacou bem a vinculação entre o biológico e o social, isto é, entre o individual e o coletivo. Essas esferas se articulam, se determinam e vão compor o “ser social como um complexo de complexos” (LUKÁCS, 2013). Concordamos com Souza (2020) que há uma semelhança entre a ontologia do ser social de Lukács com a determinação social da saúde defendida pelos autores mencionados. Lukács (2013) demonstrou que, o homem, no seu salto ontológico à esfera social, não abandona e nem elimina seu caráter natural. “Essa premissa ontológica, fundamentalmente, está implícita na concepção de determinação social da saúde (...)” (SOUZA, 2020, 183).

O trabalho em sua perspectiva ontológica difere do trabalho no modo de produção capitalista, assim como, a concepção ontológica do processo saúde-doença e sua determinação social nos permite analisar a saúde para além dos seus aspectos biológicos. A ontologia do ser social proporciona uma análise rigorosa e lúcida da realidade objetiva como um todo. Queremos dizer que, o trabalho no modo de produção capitalista é “mortificador” e, a partir de uma

²⁵ A concepção predominante possui uma visão positivista e fragmentada do processo saúde-doença, ou seja, ao invés de partirem de uma abordagem ontológica, partem de uma concepção gnosiológica da saúde. Há uma desconsideração pelo “processo” saúde-doença, isto é, ignoram o “processo” como movimento histórico, não estático e que se modifica com o tempo, isto é, possui um caráter processual. Essa aceção parcial do processo saúde-doença é a difundida pela teoria dos “determinantes sociais da saúde”, embora levem em conta os aspectos sociais, estes são analisados fora de um contexto social maior que o incluem. Para Souza (2020), “Com isso, em vez de uma processualidade dialética e histórica, que produz diversos outros processos particulares organicamente associados, os DSS comparecem como um conjunto de fatores, pedaços, fatias da realidade social, desconectados das raízes da sociedade, isto é, das forças produtivas e relações sociais de produção. Nesse prisma fragmentante, diversas lacunas se estabelecem enquanto espaços fecundos para a reprodução do modelo biomédico (ainda hegemônico, do ensino à prática das profissões de saúde), ou ainda, para formulações vagas como o conceito de saúde da OMS ou os que utilizam o termo “social” como uma espécie de jargão que serve para atenuar a sua prática biomédica”. (SOUZA, 2020, p. 186)

perspectiva ontológica é impossível ser plenamente saudável nesse modo de produção. As formas de organização do trabalho e a produção se modificam com o tempo para atender as demandas do capital, como no taylorismo, fordismo e toyotismo. As formas de adoecer e o sofrimento causado pelo trabalho alienado se modificam e atinge determinado grupo de forma específica.

Estamos condenados e determinados socialmente a adoecer no capitalismo. Não desejamos cair num pessimismo resignante, mas termos em mente a nossa real condição para a partir daí agirmos com vista à transformação. Não podemos acreditar em demagogias de que políticas de saúde vão sanar problemas que são inerentes ao modo de produção capitalista, podem no máximo amenizá-los. As políticas sociais, em geral, devem ser compreendidas como:

A principal mediadora entre Estado, a classe capitalista e a classe trabalhadora, evidenciando que as políticas públicas sociais não representam a solução para a exploração do trabalho pelo capital, mas mediações necessárias para a reprodução social dos trabalhadores. (MEIRELLES, 2018, p.57).

2.1 SAÚDE DO TRABALHADOR

A relação capital versus trabalho influencia na saúde da classe trabalhadora, na história foram inúmeros os relatos das péssimas condições as quais os trabalhadores se sujeitavam, vide o livro escrito por Engels no século XIX, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. No entanto, esses relatos passaram a ser formalizados com o surgimento da Medicina do Trabalho, ainda no século XIX, mas com o propósito de manter os trabalhadores saudáveis para não interromper os processos produtivos.

Embora a relação trabalho e saúde tenha sido relatada desde a Antiguidade, as primeiras abordagens formais desta relação tiveram início na Europa, no século XIX, com a criação da Medicina do Trabalho e a implantação dos serviços médicos dentro das empresas. Eram estruturas centradas na figura do médico, que, por meio de uma atuação focada no trabalhador, assumiam a responsabilidade pela prevenção dos acidentes e das doenças. Mas o interesse principal não era o de promover a saúde dos trabalhadores, mas, sim, o bom funcionamento dos processos de trabalho. As práticas mais disseminadas eram a seleção de pessoal que, em tese, fosse menos propenso a se acidentar e adoecer, o controle da saúde para evitar problemas de absenteísmo e os esforços para proporcionar retorno rápido ao trabalho nos casos de afastamentos. (SELIGMANN-SILVA et al., 2010, p. 185).

A expansão da medicina do trabalho nas empresas ocorreu após a criação da Organização Internacional do Trabalho em 1919, fato concretizado no Brasil com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas na era Vargas. A missão da OIT “é promover oportunidades

para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”. Ainda segundo essa organização²⁶, o “trabalho decente seria condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável” (SITE OIT, 1999). Ficou evidenciado em nossos estudos, que o trabalho decente é impossível num modo de produção onde a força de trabalho é uma mercadoria.

Na medicina do trabalho a prática era centrada na figura do médico, que era o responsável em “promover a ‘adaptação’ do trabalhador ao trabalho, quanto a da ‘manutenção de sua saúde’”, em nenhum momento o trabalho em si é questionado e isso reflete “a influência do pensamento mecanicista na medicina científica e na fisiologia”. (MENDES; DIAS, 1991, p. 343). Ainda, segundo os autores, a medicina do trabalho tinha a missão “contribuir ao estabelecimento e manutenção do nível mais elevado possível do bem-estar físico e mental dos trabalhadores, conferindo-lhe um caráter de onipotência, próprio da concepção positivista da prática médica.” (MENDES; DIAS, 1991, p.342).

O campo da saúde ocupacional surgiu, após a segunda guerra mundial, em decorrência da “relativa impotência da medicina do trabalho para intervir sobre os problemas de saúde causados pelos processos de produção.” (MENDES; DIAS, 1991, p.343). Como campo interdisciplinar, visava “intervir nos locais de trabalho, com a finalidade de controlar os riscos ambientais.” (MENDES; DIAS, 1991, p.343). No entanto, esse campo, apesar de incorporar outras áreas científicas, manteve os trabalhadores como objeto de ações da saúde, não questionavam o trabalho em si e manteve “o referencial da medicina do trabalho firmado no mecanicismo.” (MENDES; DIAS, 1991, p.344).

O movimento operário italiano em meados da década de 1960 e 1970 e a medicina social latino-americana, como já mencionamos, contribuíram para o desenvolvimento do campo da saúde do trabalhador, que no Brasil se deu após a redemocratização do país na década de 1980. Esse campo, ainda em construção²⁷, encontra-se dentro de uma área maior, da Saúde Coletiva. É um campo da saúde pública e no qual o trabalhador deixa de ser um mero objeto de ação da

²⁶ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, sobre trabalho decente pode ficar melhor esclarecido no link disponível: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>, Acessado em: 27/01/2022.

²⁷ Para Mendes e Dias: “A caminhada da medicina do trabalho à saúde do trabalhador encontra-se em processo. Sua história pode ser contada em diferentes versões, porém com a certeza de que é construída por homens que buscam viver. Livres.” (1991, p.348)

saúde e pode exercer o seu protagonismo. Tem como objeto o “processo saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho.” Para Mendes e Dias:

Apesar das dificuldades teórico-metodológicas enfrentadas, a saúde do trabalhador busca a explicação sobre o adoecer e o morrer das pessoas, dos trabalhadores em particular, através do estudo dos processos de trabalho, de forma articulada com o conjunto de valores, crenças e ideias, as representações sociais, e a possibilidade de consumo de bens e serviços, na "moderna" civilização urbano-industrial. (1991, p.347).

A questão do trabalho e saúde está objetivamente posta na sociedade capitalista e podemos observar que há diferentes maneiras de responde-las, desde de um ponto de vista da ciência burguesa (medicina do trabalho e saúde ocupacional) e a partir de um ponto de vista da classe trabalhadora, isto é, o campo da saúde do trabalhador. Embora esse último se configura como um campo da saúde pública e tem as suas ações limitadas pelo Estado burguês, já é um avanço para a classe pois, anteriormente, a prática médica era acatada sem questionamentos. Como protagonista nas ações de saúde, os trabalhadores podem se organizar e demandar melhores condições de saúde no trabalho.

2.2 TRABALHO E SOFRIMENTO MENTAL

Segundo Seligmann-Silva et al. (2010), as “repercussões psíquicas no trabalho” ganharam relevância com a Classificação Internacional de Doenças (CID), que passaram a incorporar algumas doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho²⁸ e reconhecidas pelo Ministério do Trabalho.

Mais recentemente, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, outro aspecto da saúde dos trabalhadores passou a ganhar espaço nos consultórios. São as repercussões psíquicas do trabalho, com expressões clínicas correspondentes a vários diagnósticos presentes na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e reconhecidos como relacionados ao trabalho tanto pelo Ministério da Saúde (Portaria nº 1339/GM, de 18 de novembro de 1999), como pelo Ministério da Previdência Social (Decreto nº 3048, de 1999). Esses agravos à saúde, que até então não eram identificados, também evidenciam a complexidade que envolve a avaliação da relação entre o processo saúde/doença e o trabalho. (SELIGMANN-SILVA et al., 2010, p.186).

²⁸ Recentemente a Síndrome de Burnout que antes era considerado pela CID 10 como um “problema relacionado com a organização de seu modo de vida”, responsabilizando o indivíduo pelo seu estresse, passou a ser considerado pelo CID 11(entrou em vigor a partir de janeiro de 2022) como um “fenômeno ligado ao trabalho”.

A proliferação de transtornos psíquicos relacionados ao trabalho confirmou, de acordo com Seligmann-Silva et al. (2010), “a insuficiência dos recursos da medicina do trabalho, da engenharia de segurança e da higiene ocupacional para se construir políticas públicas de promoção da saúde, prevenção, assistência e reabilitação profissional.” (p.186). As autoras ressaltam a importância do diálogo da medicina e da psicologia com as áreas da antropologia, filosofia, economia, sociologia etc. para uma melhor compreensão dos agravos da saúde.

Os agravos em geral, e os adoecimentos psíquicos em particular, devem ter como pano de fundo os aspectos sociais e do trabalho contemporâneo, caracterizados pela perda de direitos sociais e trabalhistas, pelo advento de crises econômicas e do desemprego. (SELIGMANN-SILVA et al., 2010, p.186).

Concordamos com as autoras da importância da consideração das partes e disciplinas que analisadas em conjunto, vão influenciar no todo social. No entanto, reforçamos a nossa perspectiva ontológica de relacionar o sofrimento psíquico ao modo de produção irracional, que é o capitalismo. Perdas de direitos sociais e trabalhistas são consequências desse modo de produção que, por meio de políticas neoliberais de contenção de gastos e enxugamento da máquina pública, permite um maior acúmulo ao capital. As crises econômicas e o desemprego são inerentes a esse modo de produção, antes as crises tinham um caráter cíclico, hoje ela é estrutural (MÉSZÁROS, 2009). A massa de trabalhadores desempregados é importante para o capital, uma vez que, esses trabalhadores estão sempre dispostos a aceitar qualquer trabalho nas mais adversas condições, isso contribui para o processo de precarização e adoecimento.

De acordo com Seligmann-Silva et al. (2010), a Medicina Tradicional e a Saúde Ocupacional se atentam aos fatores de risco que o trabalhador pode estar exposto, ou seja, exposição aos agentes físicos, biológicos e químicos dos ambientes de trabalho. A psicologia leva em conta aspectos intrasubjetivos do processo de trabalho e a constituição das identidades dos indivíduos, e, “quando muito, estende-se aos intersubjetivos” (p.187). Para nós, a abordagem ontológica com base em Marx e Lukács do processo de trabalho, permite que o conjunto de elementos que estão presentes sejam considerados.

Existem três correntes de pensamento que estudam a questão da saúde mental relacionada ao trabalho, segundo Seligmann-Silva et al. (2010), temos: “(1) aquela que tem suas raízes na teoria do estresse; (2) outra voltada para a utilização do referencial psicanalítico e (3) aquela que se fundamenta no materialismo histórico e adota o conceito de desgaste.” (p.189). A primeira corrente se concentra em aspectos fisiológicos do corpo, “estando coerentes com a perspectiva positivista dominante nos estudos da Medicina e com a visão behaviorista”

(p.189). A segunda corrente baseia-se na subjetividade e nas relações intersubjetivas dos indivíduos. Para Seligmann-Silva (2010), o referencial psicanalítico “ tem sido bastante utilizada em estudos realizados no Brasil, especialmente com a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida a partir do pensamento de Christophe Dejours. ” (p.189). E finalmente o referencial que adota o materialismo histórico dialético, “que tem como base as noções de desgaste e cargas de trabalho desenvolvidas por Laurell (1986) e Laurell e Noriega (1989). Essa concepção está vinculada à ideia de consumo do substrato e das energias vitais do trabalhador pelos processos de trabalho”. (SELIGMANN-SILVA et al., 2010, p.189).

Verificamos com Laurell (1983), que o “processo de trabalho²⁹” é a base para a compreensão do processo saúde-doença. É a categoria analítica de maior valor (LAURELL; NORIEGA, 1989). Esse “processo de trabalho” destacado pela autora é o mesmo desenvolvido por Marx e Lukács, isto é, o intercâmbio do homem com a natureza. Cada formação social terá um tipo de trabalho específico, ou seja, modifica o modo como o homem se apropria da natureza, por isso entendemos o trabalho como processo. No seio da sociedade capitalista, os indivíduos inserem-se na produção e formam distintos grupos sociais os quais são responsáveis pela reprodução social. Os aspectos biológicos e psíquicos dos indivíduos e da coletividade são históricos e determinados pelo “processo de trabalho”. Vimos em Marx e em Lukács que o homem age intencionalmente na natureza e a modifica e, ao mesmo tempo, modifica a si mesmo.

Coloca-se, pois, que é no metabolismo entre homem e natureza que surge o que temos de condições ambientais das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida. Mas justamente porque esse metabolismo ocorre sob formas sociais específicas, que significam determinados meios de produção e relações particulares entre os homens, dos homens com os meios de produção e com o produto, que essas condições ambientais são a síntese dessas formas sociais e não as condições naturais a-históricas (LAURELL; NORIEGA, 1989, p.103-104).

Os diferentes grupos vão se adaptar de formas diferentes na sociedade, e serão diretamente determinados pelo modo como se inserem nos processos de produção social. Temos, portanto, o que Laurell e Noriega (1989) chamaram de “nexo biopsíquico”. A forma como esses grupos se adaptam irá influenciar em seus aspectos biológicos e psíquicos, o nexo biopsíquico é, todavia, histórico. Os diferentes grupos sociais de trabalhadores possuem “nexo biopsíquico” diferentes, pois estão submetidos a processos e “cargas de trabalho” distintas.

²⁹ Para Minayo-Gomez e Lacaz (2005) o conceito de “processo de trabalho” é essencial para o campo da saúde do trabalhador.

Para Laurell e Noriega (1989), as cargas de trabalho é uma categoria que permite identificar no processo de trabalho, os elementos que interatuam entre si e com o corpo do trabalhador. Sua atuação se dá de forma complexa, podem atuar de forma isolada ou em conjunto, potencializando assim o seu efeito. Segundo os autores, as cargas de trabalho são divididas em físicas, químicas, biológicas e mecânicas, assim como, fisiológicas e psíquicas. As primeiras são externas ao corpo do trabalhador e agem sobre ele causando mudanças nos processos fisiológicos. As segundas são internas ao corpo e atuam na modificação dos processos fisiológicos também. Temos como exemplo de carga fisiológica o esforço no uso da voz em sala de aula. As cargas psíquicas são caracterizadas por elementos que causam sobrecarga psíquica, ou seja, em situações de tensão e estresse por exemplo, bem como em situações que ocasionam subcarga psíquica, isto é, a impossibilidade de fazer o uso da capacidade psíquica, num trabalho repetitivo e fragmentado, por exemplo. O efeito isolado ou da interação dinâmica entre as diversas cargas de trabalho atuam no corpo do trabalhador de forma negativa e gera um desgaste que é entendido, segundo os autores, como perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica.

Utilizaremos as categorias cargas de trabalho, desgaste e sobrecarga psíquica para demonstrarmos a situação de sofrimento mental pela qual vem passando os professores e professoras da rede estadual pública paranaense.

Agora é interessante analisarmos essa questão do desgaste proveniente do processo de trabalho. O trabalhador precisa se recompor para poder vender a sua força de trabalho. O capital necessita do trabalho para existir, pois somente o trabalho humano produz mais-valia. No entanto, o que observamos historicamente é a degradação da força de trabalho pelo modo de produção capitalista. Quero dizer que, esse modo de produção irracional chega num limite que pode colocar em cheque a sua própria existência.

3. METODOLOGIA

Nesse capítulo, apresentaremos a metodologia empregada na pesquisa. Partimos do materialismo histórico e dialético como processo do conhecimento do real em sua totalidade, conhecimento esse que se dá de forma aproximativa.

Marx não escreveu um livro de metodologia, mas nos deu pistas das diretrizes que guiavam a sua pesquisa social³⁰. No *Prefácio à Contribuição para a crítica da economia política*, o filósofo alemão deixou explícito que:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. **O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.** (MARX, 2003, p. 5, grifos nosso).

E continuou n' *A Ideologia Alemã*:

Devemos começar constatando que a primeira premissa de toda a existência humana, e, portanto, também de toda a história, é a premissa de que os homens, para “fazer história”, se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. **O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história**, que tanto hoje como há milênios, tem de ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 50, grifos nosso).

Contrariando o idealismo e o materialismo mecanicista de sua época, Marx parte da realidade objetiva, do real concreto onde se produz a vida material – via trabalho - que possibilita a existência humana e a reprodução da sociedade. Essas vidas estão condicionadas aos processos históricos, que são resultado de pores teleológicos humanos do passado. Trata-se, portanto, de um materialismo histórico que está num movimento dialético com a superestrutura da sociedade. É a realidade objetiva historicamente situada que determinará a consciência dos indivíduos e de onde partirá toda a investigação marxiana.

O modo de produção da vida social ocorre pelo trabalho, que enquanto práxis, congrega a dimensão objetiva e subjetiva. Não há cisão entre essas duas dimensões (objetiva e subjetiva)

³⁰ Para Tonet (2018), com relação ao método: “Há, apenas, de modo direto, referências esparsas à questão do método, especialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em *A Sagrada Família*, na *Miséria da Filosofia*, em *A ideologia alemã*, em *O Capital* e no Posfácio à 2 edição alemã de *O Capital*. Além disso também temos as famosas páginas sobre *O método da economia política* encontradas tanto nos *Grundrisse* como na *Introdução geral à crítica da economia política*, de 1857. “ (p.70)

em Marx, a práxis é uma categoria do método fundamental para o processo do conhecimento conforme pode ser constatado na II Tese sobre Feuerbach:

A questão de saber se cabe ao pensar humano uma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas sim uma questão *prática*. É na práxis que o ser humano tem de provar a verdade, quer dizer, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensar. A controvérsia acerca da realidade ou não realidade do pensar, que está isolado da práxis, é uma questão puramente *escolástica*. (MARX E ENGELS, 2007, p. 611, grifo do autor).

Para Tonet, Marx se opôs à ciência moderna, de viés gnosiológico.

Totalmente ao contrário dos pensadores modernos, seu pensamento não se instaura como uma gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social. Essa ontologia do ser social, cujos lineamentos fundamentais podem ser encontrados nas obras de juventude – especialmente nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, em *Para a questão judaica*, em *A sagrada família* e em *A ideologia alemã* – está suposta em toda a obra posterior de Marx, que terá um cunho mais acentuadamente científico. (TONET, 2018, P.70-71).

De acordo com Tonet, “as questões relativas ao conhecimento só podem ser revolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social”, ou seja, o método depende do ser, não existe método neutro, pois o ser social quem cria o método. Logo é preciso estudar o ser antes mesmo de um método qualquer. Esse ser é social, processual e está historicamente situado. O estudo do ser se dá pela ontologia, um ramo da filosofia e não pela ciência. Ao contrário da ciência moderna de caráter gnosiológico, na perspectiva ontológica não há separação entre filosofia e ciência, isto é,

Uma ontologia do ser social (filosofia) é, pois, condição prévia para a resolução das questões relativas ao conhecimento. Além disso, essa ontologia também é a condição imprescindível para, em interação com a ciência, produzir um conhecimento adequado da realidade social. Na perspectiva ontológica marxiana, filosofia e ciência não são dois momentos separados ou apenas superficialmente relacionados. São dois momentos intrinsecamente articulados, que, sem perder a sua especificidade, constituem uma unidade indissolúvel no processo do conhecimento científico. (TONET, 2018, p.76).

Para Lukács (2013), Chasin (2009), Netto (2011), Tonet (2018) e Lessa (1999), há uma ontologia subjacente nos escritos marxianos. Mas devemos ressaltar que essa ontologia marxiana difere da medieval, pois tem como essência um ser social que é histórico. A sua gênese se dá pelo trabalho, que reúne enquanto práxis a dimensão subjetiva e objetiva, mas com

regência dessa última. Para Tonet (2018), falta à ciência moderna o conceito de práxis, pois há prioridade da dimensão subjetiva no método científico.

Essa realidade concreta a qual tentaremos reproduzir idealmente em nossas mentes é uma totalidade social. Isto é, a sociedade capitalista é uma totalidade na qual o trabalho subordinado ao capital está universalizado. Essa totalidade é a “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 2003), ou seja, a totalidade é composta por partes. Mas “cada uma dessas partes é, em si mesma, mesma, uma totalidade, de maior ou menor complexidade, mas jamais absolutamente simples.” (TONET, 2018, p.97).

A realidade objetiva é movimento histórico que é permeada de contradições, o movimento não é linear e cada totalidade se relaciona com outra pelas mediações. De acordo com Netto:

Mas, a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter *contraditório* de *todas* as totalidades que compõem a totalidade inclusive a macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. (2011, p.57, grifos do autor)

A contradição é, portanto, condição para o movimento e com relação as mediações, Netto destaca que:

Tais relações (que ocorrem no interior das totalidades e entre as várias totalidades, I.T) nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os *sistemas de mediações* (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *indiferenciada* – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso”. (2011, p.57-58).

Para Netto, essas três categorias – totalidade, contradição e mediação – são “nucleares” para Marx e “propiciou o erguimento do seu edifício teórico.” (2011, p.58).

No materialismo histórico e dialético as categorias não são dadas a priori, elas estão na realidade objetiva em conexão com o ser social. Para Marx,

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, **as categorias expressam formas de ser, determinações de existência**, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade,

também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal. (2011, p. 59, grifo do autor, negrito nosso)

Compreender as categorias como “formas de ser” significa que as mesmas, possuem um estatuto ontológico, pois são da ordem do ser. Lukács corrobora com essa assertiva ao dizer que: “(...) as categorias não como princípios de formação lógicos ou gnosiológicos no interior do conhecimento, mas como determinações do próprio ser (...).” (2010, p.228).

Na introdução desse trabalho foi apresentado um cenário de sofrimento mental pelo qual os professores do Estado do Paraná vêm passando em decorrência de seus trabalhos. Com o intuito de esclarecer melhor essa situação, fizemos uma pesquisa de natureza qualitativa, pois “A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999, p. 79). Quanto aos procedimentos, nossa pesquisa caracterizou-se por ser bibliográfica (primeiro e segundo capítulo) e “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002, p.32). A partir da bibliografia que levantamos e estudamos, nosso estudo qualificou-se por ser exploratório, uma vez que, “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109). O quarto capítulo fizemos uma análise documental, por se tratar do estudo de três relatórios técnicos de pesquisa educacional, sendo tipificados, portanto, como fonte de segunda mão.

No primeiro capítulo, utilizamos a categoria trabalho para estudarmos a gênese do ser social e diferenciarmos o trabalho, enquanto intercâmbio orgânico com a natureza, do trabalho na sociedade capitalista. A perspectiva ontológica entende o ser social como um ser histórico que contém a sua base natural (orgânica e inorgânica) ineliminável e o trabalho como protoforma da atividade humana existente em todas as sociedades. A práxis do trabalho ao se submeter ao capital apresentará outras categorias como: mais valia e alienação, estas implicarão no sofrimento do trabalhador. As categorias de método (práxis, totalidade, mediação, contradição e historicidade), e as de conteúdo (trabalho, mais valia, alienação e Estado) foram apresentadas e contextualizadas nesse primeiro capítulo. Ficou claro, a ontologia de base materialista de Marx e Lukács. Foi discutido a gênese, função social do Estado e a sua subordinação ao modo de produção capitalista. Caracterizamos o trabalho docente no atual contexto de Estado neoliberal.

O primeiro capítulo foi essencial para o entendimento do segundo, que fará a conexão do trabalho e sofrimento mental. Mas antes esclarecemos o conceito de saúde, para além dos seus aspectos biologizantes e a entendemos como socialmente determinada. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica com os autores da medicina social latina americana, que na concepção de Souza (2020), pensam a saúde a partir de um ponto de vista ontológico. Fatores políticos, econômicos e ideológicos, presentes na totalidade social irão influenciar na saúde. Para Laurell e Noriega (1989), as cargas de trabalho é uma categoria que permite identificar no processo de trabalho, os elementos que interatuam entre si e com o corpo do trabalhador que podem gerar desgaste e sobrecarga psíquica. Verificamos que o campo da Saúde do Trabalhador é o que melhor atende os anseios da classe trabalhadora, que passa a ser protagonista na sua luta pela saúde.

No quarto capítulo apresentaremos por meio de uma pesquisa bibliográfica, com base em Albuquerque et al. (2018) e Tostes et al. (2018), o cenário de sofrimento mental dos professores paranaenses antes da pandemia da COVID-19. Em seguida exporemos uma pesquisa de âmbito nacional realizada em 2020 pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Posteriormente, outras duas estaduais: uma realizada pela APP-Sindicato de Londrina em parceria com a Universidade Estadual de Londrina no ano de 2020 e outra mais recente, pela Universidade Estadual do Paraná (Campus Paranavaí) juntamente com a APP-Sindicato, organizada por Chilante (2021) e elaborada no ano de 2020 e 2021. Faremos uma pesquisa documental com o uso de relatórios de pesquisa educacional já analisados (GESTRADO/UFMG, 2020; APP-SINDICATO/UDEL, 2020 E CHILANTE, 2021), portanto, documentos de segunda mão, ou dados secundários. No último relatório (CHILANTE, 2021), foram apresentados dados, inúmeros gráficos e questões que deveriam, segundo os pesquisadores, serem aprofundados. Todas as pesquisas referem-se a professores e professoras da rede pública, incluindo os estáveis (concursados) e os temporários. Optamos por utilizar a categoria carga de trabalho de Laurell e Noriega (1989) para compreendermos melhor esse novo formato de trabalho e suas consequências para o processo de sofrimento mental desses professores.

Como síntese desse trabalho, esperamos a compreensão do processo de adoecimento dos professores do Paraná, para além dos dados numéricos dos relatórios apresentados.

Procuramos esclarecer como o trabalho degrada a saúde no modo de produção capitalista, a determinação social da saúde e sua correlação com o trabalho. Expomos o quadro de sofrimento mental desses professores antes da pandemia de COVID-19 em virtude da exploração do trabalho e a intensificação desse sofrimento durante a pandemia, mas agora com novos elementos.

4. SOFRIMENTO MENTAL DOS PROFESSORES (AS) PARANAENSES ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Não podemos discutir educação e propor políticas educacionais, sem pensarmos no seu principal agente, o trabalhador docente, que vem adoecendo. Elencamos que o objetivo geral do nosso estudo é o sofrimento mental dos professores e professoras como uma das expressões da “questão social”, resultado da exploração do trabalho. Os objetivos específicos como: o estudo da gênese do ser social, do trabalho no capitalismo e do trabalho docente no Estado neoliberal foram abordados e esclarecidos no capítulo 1. No segundo capítulo analisamos a saúde para além dos aspectos biologizantes e a sua determinação social. A leitura desses capítulos nos dará uma base para compreendermos os dados que iremos expor nesta seção.

Pretendemos explicitar o cenário de sofrimento mental em virtude da exploração do trabalho antes da pandemia com base na análise dos dados estatísticos de duas pesquisas (ALBUQUERQUE et al. e TOSTES et al.) realizadas em 2018 com a mesma amostra de professores (efetivos e temporários) da rede pública de ensino da Secretaria de Educação e do Esporte do Estado do Paraná (SEED-PR). Posteriormente, faremos uma pesquisa documental nos três relatórios (GESTRADO/UFGM 2020; APP-SINDICATO/UEL, 2020 e CHILANTE, 2021) que retratam como esses professores vem adoecendo com a introdução do ensino remoto na pandemia de COVID-19.

Albuquerque et al. (2018) realizou um estudo transversal com 1201 professores (efetivos e temporários) da rede pública da educação básica no Estado do Paraná no ano de 2018, com o objetivo de expor a relação entre o grau de exploração e o sofrimento mental. Para tanto, foi aplicado o *Self-Reporting Questionnaire-20* (SRQ-20) para os professores responderem virtualmente na plataforma Limesurvey. O SRQ-20 fez a mensuração dos transtornos psíquicos menores e seus resultados variavam de 0 (nenhuma possibilidade de transtorno) a 20 (extrema possibilidade de transtorno). Juntamente com o SRQ-20, foi aplicado um questionário sobre as condições de trabalho que versavam sobre a carga horária semanal, o

total de horas-aula, o número de turmas e o número médio de alunos por turma. Os pesquisadores utilizaram os testes qui-quadrado, exato de Fisher e de Kruskal-Wallis para a análise estatística. Foi considerado o nível de significância de 5%.

A população da pesquisa foi composta por 77,1% de professoras, com idade entre 41 e 50 anos (45,21%), os quais 86,18% possuíam especialização e 61,70% recebiam mais de 4 salários mínimos. Dentre os participantes, 6,91% eram professores temporários e 91% concursados. Um total de 43,71% trabalhava há mais de 20 anos para o Estado, 78,53% possuíam carga horária de 40 horas semanais e 1,11% relataram cumprir mais de 60 horas semanais. Por esses dados podemos concluir que a pesquisa contemplou, em sua maioria, as professoras concursadas, que trabalha há um bom tempo para o Estado e possuem uma puxada carga horária semanal em sala de aula.

Albuquerque et al. (2018) perceberam que o aumento da carga horária semanal (20h, 40h e 60h) de trabalho resultou no teste positivo SRQ-20 para as três cargas horárias mencionadas. Embora a relação carga horária semanal e a presença de transtornos psíquicos menores não tenham sido estatisticamente significativos, a positividade no SRQ-20 ascendeu com o aumento da carga horária.

Apesar de 45,38% dos professores trabalharem com 6 a 15 turmas, o que representa uma sobrecarga de trabalho, a associação número de turmas com o SRQ-20 positivo ou negativo “não evidenciou uma associação estatisticamente significativa.” (ALBUQUERQUE et al. 2018, p.1291).

Agora quando os pesquisadores correlacionaram o número de alunos por turma e a presença de transtornos psíquicos menores, o SRQ-20 foi positivo e ascendeu com o aumento de alunos por turma. Nesse caso a associação foi estatisticamente significativa. Segundo Albuquerque et al. (2018) o número médio de alunos por turma foi de 33, “sendo que 42,96% dos professores trabalhavam com 15 a 30 alunos por turma, 52,41% com 31 a 40 e 2,63% com 41 a 60.” (ALBUQUERQUE et al., 2018, p.1292).

Os pesquisadores chegaram à conclusão de que 88% dos professores e professoras possuem 40 ou mais horas semanais nas escolas e que 75,27% apresentavam transtornos psíquicos menores correlacionadas as horas de trabalho (associação estatisticamente não significativa) e ao número de alunos por turma (associação estatisticamente significativa).

Utilizando a mesma amostra de professores da pesquisa de Albuquerque et al. (2018), numa outra pesquisa intitulada *Sofrimento mental de professores no ensino público* Tostes et al. (2018) detectou que, 75% dos professores da rede pública estadual de ensino no Paraná

apresentaram distúrbios psíquicos menores, 44% depressão (25,06% apresentavam depressão leve e 18,98%, depressão moderada ou grave) e ansiedade em 70% dos docentes (ansiedade leve em 29,48% e ansiedade moderada ou grave em 40,63%). Perturbações decorrentes das condições de trabalho. A metodologia utilizada foi o *Self-Reporting Questionnaire-20* para detectar os distúrbios psíquicos menores, os inventários de ansiedade e depressão de Beck, o questionário de morbidade autorreferida e os dados sociodemográficos.

Os pesquisadores observaram uma associação significativa de distúrbios psíquicos com o sexo feminino (78,85% da amostra), a presença de outras doenças, o fato de levarem trabalho para casa (88,09% dos professores e professoras continuam o trabalho em casa) e de serem professores do ensino fundamental. É interessante observamos nessa pesquisa pioneira que, 29,73% dos professores e professoras já possuíam alguma forma de adoecimento mental (depressão, ansiedade e estresse etc.) e, “em segundo lugar, apareceram as doenças osteomusculares, como tendinites e lombalgias, com 23,98%. Doenças otorrinolaringológicas estiveram presentes em 10,07% dos docentes.” (TOSTES et al., 2018, p.92). Outro ponto importante destacado pelos pesquisadores diz respeito ao afastamento do trabalho por motivos de doenças, “26.72% dos professores relataram-no ser por sofrimento mental” (TOSTES et al., 2018, p.92). Para agravar ainda mais o quadro desses profissionais, 65,53% dos professores relataram fazerem uso de medicamentos, “sendo 32,31% deles, drogas psicotrópicas.” (TOSTES et al., 2018, p.92.) Não se sabe se essas drogas são usadas de forma racional e mesmo se fossem, elas agem no sistema nervoso central e alteram a percepção, humor e consciência de quem as usa. Esse fato pode interferir na relação professor e aluno, onde muitas vezes o professor pode demonstrar total indiferença ou irritabilidade com os alunos. A medicalização não vai resolver um problema que é estrutural, o trabalho no modo de produção capitalista é “mortificador” como veremos mais adiante.

As duas pesquisas (ALBUQUERQUE et al. e TOSTES et al.) retrataram o grau de exploração e as altas cargas de trabalho. O processo de trabalho docente requer leitura, estudo, concentração e preparação de aulas. Muitos, levam trabalho para casa, como foi observado em 88,09% dos participantes da pesquisa, o que caracteriza sobrecarga de trabalho. Além do desgaste há expropriação do mais trabalho, uma vez que, as atividades desenvolvidas em casa não são remuneradas. Embora os professores e professoras do Estado do Paraná tenham conseguido, depois de muita luta, a hora-atividade³¹, essa é pouco perante a demanda de

³¹ A hora atividade é prevista na Lei 11.738/2008 que instituiu o Piso Salarial para os profissionais do magistério da educação básica, devendo ser observado o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das

trabalho. A maioria dos participantes da pesquisa são de mulheres e ser do gênero feminino é um dos fatores que contribuíram para a associação significativa com os distúrbios psíquicos.

O corte no investimento em educação, a falta de concurso público e congelamento de salários, decorrentes do Estado neoliberal, vão impactar nas condições de trabalho desses professores e professoras. As precárias condições de trabalho podemos observar com as altas jornadas de trabalho, o alto número de alunos por turmas que, como destacou Albuquerque et al. (2018), possuiu uma associação significativa com o transtorno psíquico menor. Muitos desses professores e professoras têm a sensação de desamparo, desanimo para com a profissão, resultando no que chamamos de “mal-estar docente” (ESTEVE, 1999). O quadro é piorado quando diante de toda essa situação, o Estado exige do profissional docente assiduidade, desempenho e produtividade. Requisitos do ideário neoliberal, no qual com a escassez de recursos exige o máximo de resultado dos docentes, responsabilizando-os pelo seu sucesso ou fracasso.

Em 14 de outubro de 2019, a APP-Sindicato publicou em sua página da internet com base nos dados do ministério da saúde e fornecidos ao Sindicato pela Secretária de Saúde do Paraná que, o suicídio de professores no Paraná aumentou 15 vezes em cinco anos³². Os dados se referem a instituições públicas e privadas, mas de acordo com a APP-Sindicato, estão associados à precarização das condições de trabalho e aumento das cargas de trabalho. Verificamos no capítulo 1 dessa pesquisa, que a precariedade é uma “condição histórica-ontológica” (ALVES, 2007, p.113) do trabalho no modo de produção capitalista e que esse fenômeno surge quando a força de trabalho é uma mercadoria submetida as regras do capital. A precarização é um processo derivado dessa condição e ganha novas formas com o desenrolar do processo histórico. Além das mortes e mutilações de partes do corpo decorrentes do trabalho fabril, Marx destacou o suicídio como um fenômeno social e para o filósofo alemão “(...) o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas (...) está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios.” (MARX, 2006, p.25). É interessante observamos como o processo de trabalho docente com altas cargas de trabalho traz uma sobrecarga psíquica nos professores que vão compor um nexos biopsíquico marcado pelo sofrimento mental.

atividades de interação com estudantes. Isto é, a hora-atividade é um período da carga horária dos professores dedicado a atividades fora da sala de aula, que incluem planejamento, estudo e discussões voltadas para a constante melhoria da prática pedagógica.

³² A reportagem encontra-se no site da APP-Sindicato: <https://appsindicato.org.br/suicidio-de-professoras-no-parana-aumenta-15-vezes-em-cinco-anos/>. Acessado em: 14/12/2021

Outro fato que merece destaque é a violência escolar, infelizmente é uma realidade que vem aumentando nos últimos anos com a perseguição ideológica como, por exemplo, o movimento ultraconservador do Escola Sem Partido, o qual busca criminalizar os professores que tem opinião divergente do movimento, que se diz “neutro”. Em 2016 uma professora de sociologia foi denunciada e afastada de seu trabalho pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná³³, a docente foi acusada de “doutrinação marxista”. Para Albuquerque et al. (2018), os professores nas escolas estaduais estão em contato com a população periférica “cujos direitos de cidadania são frequentemente negados.” (p.1293). Trata-se, portanto, “de uma população violentada pela sociedade desigual da qual participa periféricamente, exposta a diversos tipos de violência.” (p.1293). É compreensível a reprodução dessa violência, que faz parte do cotidiano desses alunos, mas em sala de aula o professor e professora tem que contornar essas situações que geram um grande desgaste psíquico. Segundo o site da Câmara dos Deputados (2014), o Brasil lidera o ranking de violência contra os professores e 12,5% dos professores entrevistados afirmaram ter sido vítima de agressões verbais e de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana³⁴.

De acordo com a APP Sindicato, os dados da Prova Brasil de 2015 divulgados mostraram que 51% dos professores já presenciaram agressões verbais ou físicas de alunos, 9% relataram terem sido ameaçados de morte por alunos e 2% foram vítimas de atentado à própria vida. Foi relatado por 5% dos professores a presença de estudantes portando armas brancas como facas, canivetes e etc. em sala de aula³⁵.

A violência não parte somente de alunos e pais ultraconservadores, o próprio Estado foi responsável pelo Massacre de 29 de abril de 2015 contra os servidores estaduais, na sua grande maioria de professores e professoras, o quais foram brutalmente agredidos por manifestarem contra o projeto de reestruturação da previdência no Estado do Paraná.

Esse cenário de desvalorização da categoria com baixos salários, a violência, a perseguição a sua liberdade de ensinar é acompanhada da sobrecarga psíquica resultado das altas cargas de trabalho. Essa situação, pode contribuir para o sofrimento mental desses profissionais e contraria o artigo 3 da Lei Complementar N 103 de 15/03/2004 (atualizada pelas

³³ A reportagem encontra-se no link: <https://ctb.org.br/noticias/brasil/professora-de-sociologia-e-punida-por-ensinar-karl-marx-em-colegio-do-parana/>. Acessado em: 16/12/2021

³⁴ A reportagem encontra-se no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/noticias/443123-brasil-lidera-ranking-de-violencia-contr-professores/> Acessado: 20/12/2021

³⁵ A reportagem encontra-se no site da APP Sindicato no link: <https://appsindicato.org.br/dados-de-violencia-escolar-expoem-mazela-social-e-ausencia-de-politicas-publicas-adequadas-para-a-educacao-no-brasil/> Acessado em : 22/12/2021

leis complementares 106/2004, 130/2010 e 155/2013) que “Institui e dispõe sobre o plano de carreira do professor da rede estadual de educação básica do Paraná e adota outras providências...”

Art. 3º. O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a **valorização do Professor através de remuneração digna** e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;

II - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com **remuneração digna e condições adequadas de trabalho**;

III - formação continuada dos professores;

IV - promoção da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;

V - **liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento**, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia;

VI - gestão democrática do ensino público estadual;

VII - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

VIII - avanço na Carreira, através da promoção nos Níveis e da progressão nas Classes;

IX - gestão democrática das escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, mediante consulta à comunidade escolar para a designação dos diretores de escolas nos termos da lei;

X - existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná;

XI - período reservado ao Professor, incluído em sua carga horária, a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente. (PARANÁ 2004, grifos nosso).

Não tem como priorizar a educação, se o responsável direto pelo processo educativo está adoecendo em seu trabalho e não é valorizado pela sociedade e pelo Estado. Guimarães e Souza (2020) destacam que no Paraná, segundo a Secretaria de Administração e Previdência (SEAP), em novembro de 2018, cerca de 3979 professores estavam afastados para o tratamento médico. De acordo com a APP-sindicato, no início do ano letivo de 2018, “cerca de 5 mil

professores da rede estadual estavam em processo de readaptação³⁶” (APP-SINDICATO APUD GUIMARÃES; SOUZA, 2020).

Quem estuda nas escolas públicas do Estado são os filhos e filhas da classe trabalhadora, estes acabam tendo o processo de ensino-aprendizagem comprometido com o adoecimento dos professores e professoras. Fato que pode ser comprovado também pela reforma do ensino médio de 2017 (Lei n 13.415/2017) que está em processo de implementação no Estado do Paraná. Essa reforma fragmenta o ensino médio com uma maior carga horária para as disciplinas de português e matemática. Enquanto os filhos da elite terão uma formação cultural ampla nas instituições privadas, os filhos da classe trabalhadora terão sua formação direcionada aos interesses do mercado de trabalho.

Veremos, agora, como a introdução do ensino remoto no contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19) aumentou as cargas de trabalho dos professores no Estado do Paraná e o impacto na sua saúde mental.

O surto do Coronavírus iniciou na cidade de Wuhan na China em 2019 e no dia 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como pandemia. (OPAS, 2019). Logo, medidas de enfrentamento da doença foram tomadas, como o isolamento social, que impactou o sistema educacional de diversos países. No Brasil, as medidas de combate dessa nova situação de emergência de saúde pública foram explicitadas na Lei n 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Posteriormente, o ensino remoto foi permitido nas instituições públicas e privadas pela Portaria n 343, de 17 de março de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus – COVID-19. O calendário escolar da educação básica e superior foram alterados com a Medida Provisória n 934, de 1 de abril de 2020. O Estado do Paraná com o Decreto n 4258, de 17 de março de 2020 dispôs sobre as medidas de enfrentamento da pandemia no âmbito estadual, onde as aulas presenciais foram suspensas com o intuito de diminuir a propagação do vírus.

Num prazo de duas semanas os professores da rede pública estadual tiveram que se adequar a essa nova situação de forma improvisada, segundo Guimarães e Souza (2020), alguns professores foram convidados a ministrar aulas remotas em um estúdio improvisado sem

36 O processo de readaptação mencionado é redigo pela Lei N° 15.308/2006 que dispõe que o professor afastado de sala de aula com base em laudo médico permanece suprido na demanda de professor, com a mesma jornada de trabalho que vinha cumprindo. Conforme a referida lei, os professores readaptados devem ocupar funções compatíveis com a sua formação, como por exemplo, apoio a equipe pedagógica e etc.

recursos de edição de imagem. Muitos professores das escolas pública desconheciam o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), o contrário acontecia nas escolas privadas o qual “já fazia parte da realidade de muitos estudantes, não como substituto das aulas físicas, mas sim como uma forma de complemento ao processo de ensino e aprendizagem para viabilizar uma maior interação entre professores e alunos” (GUIMARÃES E SOUZA, 2020, p.2). As aulas remotas eram transmitidas nas plataformas de streaming como Youtube, na TV aberta e no Aplicativo Aula Paraná onde o aluno acompanhava as aulas ao vivo e poderia tirar dúvidas com os professores pelo chat. Todas as aulas eram armazenadas no Google Classroom, onde o professor poderia compartilhar materiais para complementar a aprendizagem e marcar datas de entregas de atividades.

Muitos professores tiveram que improvisar um “estúdio” em suas casas para ministrar as aulas e não receberam treinamento da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná. O empresário e Secretário de Educação, Renato Feder, em uma webconferência no dia 02 de abril de 2020 “destacou que o professor será o protagonista nesse processo³⁷”, ou seja, responsabilizando o professor que sequer recebeu treinamento e partindo do pressuposto de que todos dispunham dos meios de trabalho (computadores, smartphones, tablets, etc.) e internet banda larga. A resolução n 1016/2020 prevê a falta e desconto na folha de pagamento caso o professor não cumpra a sua função no ensino remoto, isto é, em nenhum momento a Secretaria de Educação e Esporte considera as dificuldades dos docentes no manuseio das tecnologias e das suas condições materiais. Essa situação de medo e incerteza diante de uma pandemia cruel, somados à imposição de um ensino remoto resultou no aumento das cargas de trabalho docente gerando desgaste e sobrecarga psíquica.

Verificamos com Albuquerque et al. (2018) que os professores já vinham apresentando transtornos psíquicos relacionado ao seu trabalho antes da pandemia. Agora, todo esse novo processo de trabalho durante a pandemia trouxe novos elementos que impactaram na saúde mental dos professores e professoras do Estado. Apresentaremos a seguir três relatórios técnicos de pesquisa do trabalho docente no contexto da pandemia da COVID-19.

O Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou uma pesquisa de âmbito nacional no ano de 2020, que abrangeu professores (as) da rede pública estaduais e municipais de todos os estados do

³⁷ Reportagem disponível no link <https://www.blogmeiahoranoticias.com.br/2020/04/educacao-desenvolve-ead-com-foco-no.html?m=0>, Acessado em: 01/12/2021

país³⁸. Com o título *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia*, a pesquisa buscou desvendar as condições de trabalho dos professores na pandemia, diante do isolamento social e o ensino remoto. Tratou-se de uma pesquisa com survey, onde foi aplicado um questionário online na plataforma Google Forms.

A pesquisa obteve um total de 15.654 respondentes, a maioria mulheres (78%) e a maior faixa etária com idade entre 40 a 49 anos. Foi constatado que, 89% não possuíam experiência anterior ministrando aulas remotas, 71% tem dificuldades para lidar com as tecnologias digitais, 41,8% desses professores e professoras não receberam nenhum tipo de formação para o uso dessas tecnologias, tendo que se virar por conta própria. Um fato a ser destacado é que, 50,9% dos professores e professoras compartilhavam os recursos tecnológicos com outras pessoas da casa. Todo esse novo processo de trabalho resultou num aumento de tempo de trabalho na preparação das aulas a distância em comparação com as aulas presenciais para 82,4% dos professores e professoras. O aumento das cargas de trabalho docente impactou no sentimento dos professores com relação ao seu trabalho no contexto da pandemia onde; 69% disseram ter medo e insegurança por não saber quando e como será o retorno à normalidade; 50% angústia em relação do futuro; 44% apreensão em relação à perda de direitos e garantias e 20% solidão, em razão do isolamento social. De acordo com o relatório técnico da pesquisa, toda essa situação pode trazer amadurecimento profissional, mas “ela também é geradora de tensões e angustias para os docentes.” (GESTRADO/UFMG, 2020, p.21).

Essa pesquisa de âmbito nacional demonstrou que 78% dos respondentes são do gênero feminino e que 82,4% tiveram a jornada de trabalho aumentada. Esse número é bem significativo, pois além dos afazeres domésticos, grande parte dessas mulheres tem que cuidar dos filhos o que aumenta o desgaste físico e psíquico. Um percentual de 52,2% dos participantes tem acima de 40 anos, o que pode justificar o fato de 71% ter dificuldades de lidar com a tecnologias digitais. Um problema que poderia ser resolvido com um treinamento e acompanhamento adequado desses professores e professoras.

Uma outra pesquisa, foi realizada em 2020 pela APP-Sindicato de Londrina com o apoio da Universidade Estadual de Londrina com o título *Atividades escolares durante a pandemia e condições de trabalho docente no Paraná*, a metodologia empregada foi o survey que ocorreu pela plataforma Google Forms com docentes de todas as disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica da rede Estadual do Paraná. Participaram do survey 596 professores da

³⁸ O Paraná foi o terceiro estado da nação que mais contribuiu com a pesquisa com n =1600 respondentes. Essa pesquisa não mencionou o número de professores efetivos e temporários.

educação básica (efetivos e temporários), de 61 municípios e de 30 núcleos regionais de ensino. A maioria dos respondentes, cerca de 74,3% eram do sexo feminino, a maioria com idade acima de 46 anos e 78% concentravam-se como professores efetivos (Quadro Próprio do Magistério - QPM) e 22% professores temporários (professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS). Cerca de 39,4% dos professores disseram não possuir recursos materiais suficientes para executar a função docente de forma virtual (computador, internet, tablets, notebook, celular com capacidade de memória, etc.). Apenas 6,5% dos respondentes disseram ter recebido alguma orientação ou formação para o ensino remoto e 93,5% responderam não ter recebido nenhum treinamento por parte da SEED-PR. Além da falta de treinamento e recursos materiais para realizar adequadamente o seu trabalho, 93,6% dos professores disseram estar com uma maior carga de trabalho semanal, uma vez que, precisam estudar, preparar aulas, orientar e corrigir as atividades passadas aos alunos. Para os pesquisadores “a quantidade de atividades solicitadas, o desenvolvimento de sistemas de controle, o monitoramento das ações, a imposição em lidar com várias ferramentas tecnológicas e aplicativos sem a oferta de formação continuada adequada” (APP-SINDICATO-LONDRINA) vão impactar na saúde do trabalhador docente, o que foi confirmado em 85,7% dos respondentes. O sofrimento mental (ansiedade, insegurança, estresse e angústia) acometeu 45,1% dos professores; 32,70% queixaram de excesso de trabalho, cobrança e pressão e 12% da ausência de condições de trabalho. Os pesquisadores alertaram para o fato da importância do debate sobre o assédio no trabalho e do papel do sindicato na luta em conjunto com a classe trabalhadora, uma vez que, o assédio não é uma luta individual e sim coletiva.

Essa nova configuração do trabalho, o processo de trabalho, trouxeram elementos que aumentaram as cargas de trabalho o que foi constatado em 93,6% dos participantes, sendo que 32,70% alegaram excesso de trabalho, cobrança e pressão. Essa situação justifica a sobrecarga psíquica e o sofrimento mental desses profissionais.

A maioria dos respondentes pertencia a faixa etária acima de 46 anos e 93,5% não receberam o treinamento para o ensino remoto que se deu de forma improvisada. Devemos ressaltar que, normalmente, a faixa etária mais avançada tem maiores dificuldades em lidar com as tecnologias, fato que poderia ser contornado com a instrução desses docentes. Destacamos o fato de que o gênero feminino corresponde a 74,3% dos participantes, isto é, os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos aumentam as cargas de trabalho dessas profissionais.

Em dezembro de 2021, Chilante (2021) divulgou o relatório técnico da pesquisa *Ensino Remoto e seus impactos no trabalho dos profissionais de educação e nos processos de ensino*

e aprendizagem. A pesquisa de caráter quali – quantitativo, foi realizada por meio do questionário na plataforma Google Docs e contemplou professores, alunos e familiares ou responsáveis pelos alunos menores do Estado do Paraná. Nos deteremos somente aos dados que referem as condições de trabalho dos professores, que somaram um total de 826 (efetivos e temporários) da rede pública estadual de 147 municípios de todos os 29 Núcleos Sindicais da APP-Sindicato. O público feminino foi majoritário como nas outras pesquisas, 71,1% no total. A faixa etária acima de 41 anos corresponde a 71,1% dos respondentes. Um total de 36,8% dos professores disseram não ter recebido formação para a atuação nas aulas remotas e 25% tiveram que buscar por conta própria. Com relação ao impacto do ensino remoto na sua saúde mental: 50,4% disseram que as horas de trabalho excessiva impactou na saúde; 19% têm dificuldades em conciliar trabalho profissional com afazeres domésticos: 16% alegaram não ter meios adequados para desenvolver o seu trabalho e 9,5% têm dificuldades com a tecnologia. Para 26,2% dos respondentes a ansiedade passou a ser um problema em decorrência da situação de isolamento e distanciamento social e para 26,1% tiveram o seu quadro de ansiedade agravado.

Podemos observar que, as mulheres são a maioria na pesquisa, isto é, 71,1%. Com as escolas e creches fechadas, essas trabalhadoras tiveram que dividir a atividade docente com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Para um total de 50,4% desses docentes a sua jornada de trabalho foi aumentada e impactou na saúde.

Um fato a ser destacado na pesquisa de Chilante (2021) é que o percentual de professores que alegaram não ter recebido treinamento diminuiu para 36,8%. Encontramos na página da SEED-PR na internet³⁹ que, no início do ano letivo de 2021, professores, diretores e pedagogos dos colégios estaduais do Paraná participaram do treinamento para o sistema híbrido⁴⁰ de ensino. Outro fato que pode ter colaborado para a diminuição é que durante a pandemia houve a procura por cursos relacionados a tecnologias digitais e educação, fato que ficou evidenciado pela proliferação de cursos de capacitação e especialização na área. Chilante (2021) ressaltou que 25% desses profissionais procuraram por conta própria cursos para atuação no ensino remoto. O medo de não ter as qualificações necessárias e de ser descontado na folha de pagamento - como previsto pela Resolução n 1016/2020 – induziram esses professores e professoras a se qualificarem.

³⁹ A reportagem encontra-se no site da SEED-PR no link: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Professores-da-Rede-Estadual-fazem-treinamento-para-modelo-hibrido-de-ensino-nesta-quinta>, Acesso: 01/03/2022.

⁴⁰ O sistema híbrido de ensino é uma metodologia na qual o ensino se dá no formato online e presencial.

Podemos observar com base nos dados dos três relatórios técnicos apresentados, que o ensino remoto emergencial foi implantado na rede pública de educação de forma improvisada, onde os professores e professoras não receberam o treinamento adequado pelas secretarias de educação e muitos tiveram que se virar para ter inclusive os meios de trabalho exigidos. Isto é, além de disporem de sua força de trabalho, esses professores deveriam providenciar os meios do ofício, zelar pela sua conservação e funcionamento.

Como pontuamos, a SEED-PR, partiu do pressuposto de que os professores e professoras dominavam as tecnologias digitais e possuíam todo o material necessário para trabalhar. Foi desconsiderada a dificuldade e ressaltado o protagonismo do professor, ou seja, típico do ideário neoliberal de responsabilizar o indivíduo, no caso, o docente, por qualquer adversidade.

Observamos que a maioria dos respondentes das pesquisas eram de mulheres, com percentual acima de 70% nos três relatórios. É provável que, grande parte dessas mulheres dividem o seu trabalho com os afazeres domésticos e cuidado com os filhos, pois as creches e escolas no período de pandemia estavam fechadas. Isso contribui para o aumento das cargas de trabalho e o desgaste físico e psíquico.

O trabalho docente exige concentração e organização, muitos professores tiveram que compor um espaço adequado para o trabalho em suas casas e ao mesmo tempo, compartilhar a internet com os outros membros da família.

Os relatórios das três pesquisas constataram que, a carga e a jornada de trabalho semanal aumentaram com o ensino remoto. Esse mais trabalho, ou melhor, o trabalho excedente dos professores não está sendo remunerado, o que caracteriza exploração. Esta se dá pelo aumento da jornada (mais valia absoluta) e a intensificação do trabalho (mais valia relativa). Embora o professor do Estado não seja um trabalhador produtivo produtor de mais valia, estes estão sendo expropriados do seu mais trabalho (via aumento de jornada e intensificação) e contribuindo para a acumulação de capital.

Além da insegurança para ministrarem as aulas, devido à falta de treinamento, os professores muitas vezes precisam preparar e editar vídeos, o que consome muito tempo. As reuniões e cobranças com os diretores da escola, são frequentes e é função do professor dar a devida atenção aos pais e alunos. Diante dessa situação de aumento da jornada de trabalho e intensificação, grande parte dos professores vem apresentando o agravamento do quadro de sofrimento mental.

A presença dos transtornos psíquicos menores destacados por Albuquerque et al. (2018) e Tostes et al. (2018) mantiveram nos três relatórios apresentados, mas devido agora à imposição do ensino remoto emergencial sem nenhum tipo de treinamento. O uso de tecnologias digitais, principalmente na educação, que deveria facilitar o trabalho docente e o processo ensino aprendizagem, está ocasionando o sofrimento mental dos professores e comprometendo o processo educativo. Observamos que a pandemia acirrou os processos de precarização do trabalho docente no Paraná.

Para Marx (2017), o problema não está na tecnologia em si, mas no uso que os capitalistas fazem dela. A tecnologia, fruto do desenvolvimento das forças produtivas deveria além de baratear as mercadorias, diminuir a jornada de trabalho, mas estudamos que ocorre o contrário. Para Lessa (2007) a tecnologia é o meio para a produção de mais valia e o desenvolvimento tecnológico permite a reprodução das relações capitalistas de produção (p.256).

O adoecimento mental dos professores não é decorrente das condições de trabalho no contexto de pandemia, pois como vimos em Albuquerque et al. (2018) e Tostes et al. (2018) os professores já apresentavam um quadro de sofrimento mental resultante de seus trabalhos. Verificamos com Marx (2010;2017) e Lukács (2013) que o trabalho sob os ditames do capital é mortificador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria trabalho proposta por Marx (2010;2017) e desenvolvida por Lukács (2013) permitiu analisarmos e diferenciarmos o trabalho a partir de um ponto de vista ontológico do trabalho no modo de produção capitalista. Ontologicamente, o trabalho está relacionado ao processo de afastamento das barreiras naturais e humanização do homem. Funda o ser social e sempre existiu em todas as formações sociais. Já sob as regras do capitalismo, o trabalho visa atender as demandas irracionais do mercado e a produção de mais valia. A força de trabalho passa a ser uma mercadoria e com isso, a saúde física e mental da classe trabalhadora é degradada. Nesse modo de produção o trabalho desconsidera o humano e passa a apresentar um aspecto mortificador.

Caracterizamos, com base em Marx (2017), o trabalho docente como improdutivo e destacamos que, embora esses profissionais trabalhem para o Estado, eles estarão sujeitos a formas precarizadas de trabalho como os professores brasileiros da rede privada. Procuramos

entender o Estado e sua vinculação com o modo de produção, isto é, a sua modificação em consonância com as demandas do capital. As crises são inerentes ao modo de produção capitalista, as formas de organização da produção (taylorismo, fordismo e toyotismo) e o Estado devem favorecer à acumulação de capital. Vivenciamos no Brasil desde a década de 1990, o Estado capitalista em seu modelo neoliberal, com políticas e reformas que priorizam o econômico em detrimento do social. Ressaltamos a dívida pública do Estado brasileiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda Constitucional 95, como as três políticas que impactaram e continuam afetando a educação e o trabalho docente. Salientamos a ausência de concurso público – o que reflete a desvalorização da categoria - e o crescimento do número de professores temporários no Paraná, uma forma que o Estado neoliberal tem de diminuir os gastos, uma vez que, esses professores e professoras não têm plano de carreira com progressão de salário.

Partimos de uma abordagem ontológica da saúde fazendo uma correlação com a determinação social da saúde, isto é, pensamos a saúde para além dos seus aspectos biológicos. Fatores como o modo de produção, a política, a economia e ideologia neoliberal devem ser considerados. Na contraposição da abordagem gnosiológica que destaca apenas as partes desconectadas do processo saúde-doença, a abordagem ontológica leva em consideração a categoria marxiana da totalidade social. Logo, o aspecto social possui prioridade ontológica sobre o biológico e irá determina-lo.

Observamos que o campo da Saúde do Trabalhador é o que mais se aproxima dos anseios da classe trabalhadora. Embora seja um campo em construção dentro da área da saúde coletiva e possua as suas limitações dentro do Estado burguês, é o que permite o protagonismo dessa classe por melhores condições de saúde no trabalho.

Utilizamos as categorias de “processo de trabalho”, “cargas de trabalho”, “desgaste” e “sobrecarga psíquica” desenvolvidas por Laurell e Noriega (1989) para compreendermos melhor o sofrimento mental dos professores decorrente do processo de trabalho. Os autores partem de uma perspectiva ontológica da saúde, como destacado por Souza (2020).

Verificamos que os professores têm uma sobrecarga e desgaste em seus trabalhos que é agravado pelas precárias condições de trabalho, turmas lotadas, violência escolar, baixos salários e etc. Todos esses fatores relacionados ao “processo de trabalho” impactarão na saúde desses profissionais, resultando no sofrimento mental.

O adoecimento dos trabalhadores docente no Estado do Paraná, embora tenha ampliado, não é resultado dos novos arranjos do trabalho em decorrência da Pandemia de COVID-19,

verificamos com Albuquerque et al. (2018) e Tostes et al. (2018) que esses professores já vinham adoecendo em função da exploração em seus trabalhos.

Com base nos relatórios apresentados pela GESTRADO/UFMG (2020), APP-Sindicato- Londrina (2020) e CHILANTE (2021) foi verificado que o ensino remoto emergencial foi implantado sem que os professores tivessem algum tipo de treinamento, isto é, de forma improvisada. Partiram do princípio de que os trabalhadores docentes dispusessem dos meios de trabalho, tais como: computadores, internet, smartphones e etc. Nas três pesquisas foram relatados pela maioria dos profissionais o aumento da jornada de trabalho e o impacto negativo dessa nova forma de trabalho em sua saúde.

Concluimos que, os trabalhadores docentes da rede pública do Estado do Paraná vêm adoecendo em decorrência do seu trabalho, e, no contexto da pandemia de COVID-19, o ensino remoto e a forma como foi implantado tem causado o sofrimento mental de grande parte desses professores. Numa perspectiva ontológica do processo de trabalho e da saúde, observamos que o trabalho na sociedade vigente tende a degradar física e psiquicamente a classe trabalhadora. O ser social só poderá desenvolver as suas potencialidades de forma plena, ou seja, ser saudável, quando superarmos esse modo de produção.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G.S.C et al. Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.287-1.300, set. /dez. 2018.

ALBUQUERQUE, G.S.C; SILVA, M.J.S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro. V.38, N. 103. P.953-965, OUT-DEZ 2014.

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho; 2. Edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

APP-SINDICATO-Londrina. **Relatório**. Pesquisa: Atividades Escolares Durante a Pandemia e Condições de Trabalho Docente no Paraná. Divulgada em 10/07/2020 em: <https://www.applondrina.com/wp-content/uploads/2020/07/2%C2%BA-RELAT%C3%93RIO-PARCIAL-Pesquisa-Atividades-escolares-durante-a-pandemia-Dados-adoecimento.pdf>.

BERLINGUER, G. **Medicina e política**. São Paulo: Hucitec; 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Lei complementar n 101 de 04 de maio de 2005.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. **Emenda Constitucional n 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

BRASIL. **Portaria n 343 de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

BRASIL. **Medida Provisória n 934 de 1 de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Publicações:** Lei de responsabilidade fiscal. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/orcamento/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf>, Acesso: 29/11/2021

BREILH, J. **Epidemiologia crítica:** ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

_____. Las tres 'S' de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. In: NOGUEIRA, R. P. Determinação social da saúde e reforma sanitária. Rio de Janeiro: CEBES, 2010. p. 87-125.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica.** São Paulo: Boitempo, 2009.

CHILANTE, Edinéia F. Navarro (org.). Ensino Remoto e seus impactos no trabalho dos profissionais de educação e nos processos de ensino e aprendizagem: professores (as) da rede pública estadual de Educação Básica do Estado do Paraná. Paranavaí: [s.n]. **Relatório Técnico de Pesquisa**, 2021. 41p.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1., 1986, Ottawa. **Carta de Otawa.** In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde.

Projeto Promoção da Saúde. *As cartas da promoção da saúde*. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf>. Acesso em: 04/12/2021

DONNANGELO, M.C. Parte I — Medicina e estrutura social. In: DONNANGELO, Maria Cecília; PEREIRA, Luiz. **Saúde & Sociedade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

ESTEVE, J.M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: EDUSC, 1999.

FAJARDO, I; MINAYO, M.C; MOREIRA, C.O. Educação Escolar e Resiliência: política de educação e a prática docente em diversos meios. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v. 18, nº 69, p. 761-773, 2010.

FLEURY-TEIXEIRA, P. Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 380-387, set. /dez. 2009

FORTES, R.V. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**. ISSN 1981-061X. Ano X. Out./2016 . n. 22. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.275012145075027.pdf>>

FOCHESATTO, A. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde das professoras e professores – reflexões a partir de um recorte da realidade na rede municipal de ensino de Curitiba. **Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gestão Educacional**: Organização do Trabalho Pedagógico, pelo Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, J.C. História das ideias em saúde. In: NUNES, E.D (Org.). **Juan César Garcia: pensamento social em saúde na América Latina**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1989.

GERHARDT, T.E e SILVEIRA, D. T (Organizadoras). **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GESTRADO/UFMG. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalho docente em tempos de pandemia. **Relatório técnico**, 2020.

GONÇALVES, R. Auditoria e dívida externa: lições da Era Vargas. In: FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria da dívida externa: questão de soberania**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2003.

GUIMARAES, L.M.S.; SOUZA, M.N. Intensificação do trabalho docente em tempos de coronavírus: uma análise do programa de educação a distância da rede estadual de ensino do Paraná. **Boletim IPPUR/UFRJ nº 20 – 14 de maio de 2020**. Disponível em: <<https://ippur.ufrj.br/index.php/pt-br/noticias/outros-eventos/744-intensificacao-do-trabalho-docente-em-tempos-de-coronavirus-uma-analise-do-programa-de-educacao-a-distancia-da-rede-estadual-de-ensino-do-parana>>, Acessado: 15/12/2021

HARVEY, D. **Condição pós-moderna** - uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Trad. de Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LAURELL, A.C.; A saúde-doença como processo social. In: NUNES, E.D. (Org.). **Medicina Social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo: Global, 1983, p. 1333 – 1358.

_____. El estudio del proceso salud enfermedad en América latina. **Cuadernos Médico-Sociales**, v. 17, n. 3, p. 3-18, 1986.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LESSA, S. Lukács, ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador (a) interessado (a). **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 141-173, 1999.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social** / Sérgio Lessa. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012. – 3.ed. rev. cor. 254 p.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4.ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LINDESAY, P; MARCELINO. M.G. **Desvios orçamentários da educação e das demais políticas públicas no Brasil e a falácia do gasto excessivo com pessoal: continuidade e aprofundamento do pagamento do serviço da dívida pública no rentismo financeiro neoliberal do governo Bolsonaro**. Publicado em 24/02/2022. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/desvios-orcamentarios-da-educacao-e-das-demais-politicas-publicas-no-brasil/>>, Acesso: 24/02/2022.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao Artigo "O rei da Prússia e a reforma social, De um Prussiano"**. Revista Práxis, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para a questão judaica**. Tradução: José Barata Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Editora Boitempo, 2010

_____. **Glosas críticas marginais ao Artigo "O rei da Prússia e a reforma social, De um Prussiano"**. Revista Práxis, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEIRELLES, G.A.L. **Serviço Social e “questão social”**: das origens à contemporaneidade. Curitiba: Intersaberes, 2018.

MENDES, R. & DIAS, E.C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista Saúde pública.**, São Paulo, 25: 341-9, 1991. Disponível em < <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf> > Acesso: 21/12/2021

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, 2005.

NAUROSKI, E.A; **Trabalho docente e subjetividade**: a condição dos professores temporários (PSS) no Paraná / Everson Araujo Nauroski – Curitiba, 2014.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 44, p.26-42, 1994.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: < <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/429-1.pdf> >, Acesso em: 20/12/2021

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>, Acesso em: 25/12/2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A condição dos professores: recomendação internacional de 1966**, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/ UNESCO, 1984.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – **Conheça a OIT**. Disponível em: < <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm> > Acesso: 14/12/2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constitution of the World Health Organization**. Basic Documents, Forty-fifth edition, Supplement, October 2006. [On-line]. Disponível em: http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf. Acesso em: 02/01/2022.

_____. Conference of Experts on the Rational Use of Drugs (1985 : Nairobi). (1987). **The rational use of drugs : report of the Conference of Experts**, Nairobi, 25-29 November 1985. World Health Organization

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **CID: burnout é um fenômeno ocupacional**. Maio 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-5-2019-cid-burnout-e-um-fenomeno-ocupacional>>, Acesso em : 14/02/2022.

PARANÁ. **Lei complementar n. ° 103/04** - Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências.

PARANÁ. **Lei n. ° 108 de maio de 2005**. Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado. Paraná 2005. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-108-2005-parana-dispoe-sobre-a-contratacao-de-pessoal-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-nos-orgaos-da-administracao-direta-e-autarquica-do-poder-executivo-conforme-especifica>. Acesso em: 04/12/2021

PARANÁ. **Decreto n 4258 de 17 de março de 2020**. Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

PARANÁ. **Resolução n 1016 de 03 de abril de 2020**. Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SELIGMANN-SILVA, E. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, V. 35, N 122, P. 187-190, 2010.

SENADO FEDERAL. **Brasil lidera ranking de violência contra os professores**. Reportagem de 2014 do Site do Senado Federal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2014/08/28/brasil-lidera-ranking-de-violencia-contraprofessores>>, Acesso: 22/12/2021

SOUZA, D.O. O caráter ontológico da determinação social da saúde. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Número: 137, Publicado: 2020.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

TOSTES, M.V. et al. Sofrimento mental de professores no ensino público. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, V.42, N 116, Jan-Mar 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.